

# Conspiração do plantão foi a gota d'água

# Afronta do PT a juízes faz Sepúlveda desistir de advogar para Lula

Reprodução



## Réu confesso é absolvido por juiz de Brasília

A sentença do juiz Ricardo Leite, da 10ª Vara Federal de Brasília, que absolveu, entre outros, Delcídio do Amaral é um descalabro. Delcídio, senador pelo PT e líder do governo Dilma no Senado, foi preso, por ordem do falecido ministro Teori Zavascki - e, depois, teve seu mandato cassado pelo próprio Senado, com nenhum voto contra -, porque havia uma gravação, com sua própria voz, em que ficou provado não apenas o suborno oferecido a Cerveró para que se calasse quanto ao assalto à Petrobrás, como sua proposta para dar fuga ao ex-diretor da estatal. **Página 3**

**HORA DO POVO**  
ANO XXVIII - Nº 3.650 18 e 19 de Julho de 2018

**1 REAL BRASIL**  
**Nas bancas toda quarta e sexta-feira**

## Ataques a Fachin, Moro e atropelo a Judiciário isolam mais o petista

Em carta entregue por seu filho a Lula, o jurista Sepúlveda Pertence comunica sua intenção de deixar a defesa do petista. Sepúlveda, que foi procurador geral da República, ministro e presidente do Supremo, menciona a nota de Zanin e Valeska Teixeira, assinada pelo próprio Lula, que desautoriza sua ação no próprio STF e ataca o ministro Fachin, responsável, no STF, pelos processos da Lava Jato. Além disso, Sepúlveda menciona a conspiração do PT para soltar Lula, aproveitando-se de um petista que Dilma nomeara desembargador do TRF-4. **Página 3**

# Governo culpa greve pela falência de sua política econômica: PIB -3,4%

O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), divulgado segunda-feira, despencou 3,34% em maio, em relação a abril. Na comparação com maio de 2017, a queda do IBC-Br foi de 1,54%. O índice acumulado entre janeiro e abril, antes portanto da greve dos caminhoneiros, já estava negativo em 0,49%. Considerado uma "prévia do PIB", o IBC-Br ficou negativo em janeiro (-0,52%), variou próximo a zero em fevereiro (0,3%), negativo em março (-0,77%), variação positiva em abril (0,5%) e desabou em maio (-3,34%). Os dados do BC desmontam a farsa da "recuperação econômica" e revelam a falência da política econômica neoliberal de Temer, uma continuidade da praticada por Dilma. **Página 2**



João Goulart Filho foi o quarto presidenciável a debater com os metalúrgicos o programa de governo

## Metalúrgicos querem Brasil com emprego, salário e crescimento

**Trabalhadores pedem a revogação da reforma trabalhista, fortalecimento do mercado interno e juro baixo**  
O Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e Mogi das Cruzes apresentou uma pauta de reivindicações aos pré-candidatos à Presidência da República nas eleições deste ano, incluindo revogação da reforma trabalhista, valorização do mercado interno e industrialização. De acordo com Miguel Torres, presidente dos Metalúrgicos e da Força Sindical, "o sindicato está aberto a dialogar com os presidenciáveis dispostos a realizar uma política econômica e social a favor dos interesses do povo brasileiro". João Goulart Filho (PPL) foi o quarto pré-candidato a participar da série de debates. "Vou revogar a lei trabalhista do Temer (lei 13.467/2017), pois ela é injusta ao cortar direitos", disse o presidenciável que também defendeu duplicar o salário mínimo durante os quatro anos de seu governo. **Página 3**

## Para Marina, no centro tem que estar o povo e não o 'centrão'

"Quem deve ficar no centro da grande transformação que o Brasil precisa é a população brasileira, é o cidadão brasileiro", disse a pré-candidata da Rede, Marina Silva, ao criticar as concessões ao chamado "centrão" nas articulações políticas. **P 4**

## Greve contra a privatização para Eletrobrás

Os trabalhadores da Eletrobrás fazem nesta terça-feira (17) uma greve de 24 horas em protesto contra o processo de desmonte e privatização da empresa e pela saída imediata de seu presidente Wilson Pinto. **P 5**

## "PSB se aliará a Ciro ou não fará alianças", afirma Márcio Lacerda

O candidato do PSB ao governo de Minas Gerais, Márcio Lacerda, descartou a possibilidade de seu partido se coligar com o PT e defendeu o apoio a Ciro Gomes. "A hipótese de uma aliança nacional com o PT não é provável. Ou será o PDT ou o partido (PSB) não terá aliança", disse em sabatina onde respondeu a perguntas de prefeitos. **Página 3**



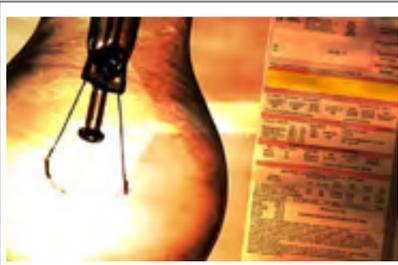
## Franceses fazem a festa de dia, mas a noite o pau quebra

Um dia após conquistar o título de campeão mundial da Copa do Mundo, a seleção francesa chegou ao país recebida com festa pela torcida. Na tarde de quarta-feira, o time já desfilava pelas ruas de Paris, acompanhado de uma multidão. No dia anterior, no entanto, após a comemoração de rua de dia mais de 300 franceses foram presos em conflito com a polícia noite adentro. Praticamente todos os jogadores da seleção francesa são imigrantes. **Págs. 5 e 6**

## Após afastamento de quadrilha, Ministério do Trabalho sofre invasão e tem arquivos violados

Em meio às investigações da Operação Registro Espúrio, a sede do Ministério do Trabalho, em Brasília, amanheceu com móveis abertos, documentos revirados e computadores desaparecidos. A Polícia Federal isolou a parte do Ministério onde houve a invasão. O Ministério não informou quais documentos sumiram. A Registro Espúrio apura irregularidades coordenadas pelos partidos PTB e Solidariedade no registro de sindicatos. De acordo com relatório da PF, a quadrilha, chefiada pela deputada federal, Cristiane Brasil (PTB-RJ), fraudou documentos a pedido do atual ministro da Secretaria de Governo de Temer, Carlos Marun. **Pág. 4**

# STF suspende abuso de plano de saúde cobrar exames



Eletro Energia

Atrasos na contas de água e luz aumentaram 6,69%, diz Serasa

## Inadimplência cresce em junho e atinge 42% dos adultos

Com o país mergulhado na recessão, a inadimplência explodiu e atingiu em junho 42% da população adulta brasileira. Em números absolutos, isso representa que 63,6 milhões de pessoas estão com suas dívidas atrasadas e com o CPF restrito.

Os dados foram divulgados pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) e pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL), levando em consideração pessoas físicas e comerciantes.

Contrariando a propaganda da "recuperação econômica" do governo federal, as estatísticas registram que em junho a inadimplência cresceu 4,07% na comparação com o mesmo período do ano passado. Desde a eclosão da crise, durante o governo Dilma, o desemprego e o subemprego só aumentam, enquanto os salários são arrojados e o governo ataca os direitos fundamentais da população, como a Previdência, os as leis trabalhistas. Segundo números do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 27,7 milhões de pessoas terminaram o primeiro trimestre do ano desempregadas.

A inadimplência é uma consequência clara disso: além da agiotagem do sistema bancário, que endivida os brasileiros com juros astronômicos nas operações de cartão de crédito, cheque especial, financiamento e empréstimo, vê-se um aumento impressionante da inadimplência com as contas básicas. Os atrasos no pagamento de água e luz, por exemplo, cresceram 6,69% de um ano para o outro.

As dívidas bancárias continuam representando a principal forma de endividamento e inadimplência, com 51% do total. Essa modalidade teve crescimento de 7,62% na comparação com o mesmo mês de 2017. A taxa de juros média cobrada pelos bancos para o cheque especial estava em absurdos 311% ao ano em maio deste ano. Já para o cartão de crédito, em 243% ao ano.

PRISCILA CASALE

# Recessão derruba em 3,4% a "prévia do PIB" em maio



10 mil pessoas no Vale do Anhangabaú (SP) por emprego em 16/07/2018

## Após decisão da Justiça, governo suspende leilão de distribuidoras

A intervenção da Justiça, barrando o leilão das seis distribuidoras da Eletrobrás, está obrigando o governo a rever seus planos de desmonte da estatal. O ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, declarou que talvez seja mais vantajoso adiar o leilão, que estava previsto para 26 de julho.

Segundo o Diário Oficial da União, desta segunda-feira (16), o leilão das distribuidoras está suspenso por tempo indeterminado.

Mesmo tendo dificuldade para realizar o leilão, o ministro de Temer insiste que a privatização das distribuidoras é "prioridade número um, assim como a cessão onerosa [projeto de lei aprovado na Câmara que tira 70% da Petrobrás em área do pré-sal cedida pela União]". "Temos dito ao Congresso: se vocês não aprovarem esse PL, vamos ter que liquidar", disse Guardia.

No dia 12 de julho, a Justiça Federal no Rio de Janeiro suspendeu o leilão das seis distribuidoras da Eletrobrás, com o argumento de que é necessário obediência à legislação.

Segundo a juíza Maria do Carmo Freitas Ribeiro, que suspendeu o leilão das distribuidoras, acolhendo ação civil pública ajuizada pela Associação dos Empregados da Eletrobrás (Aeel), "... não havendo autorização legislativa para a transferência do controle acionário das ações das Distribuidoras abrangidas pelo Edital nº 2/2018- PPI/PND, e configurado o perigo na demora da prestação jurisdicional, a medida deve ser deferida".

"Defiro a tutela de urgência para suspender o processo licitatório, em especial a fase de entrega de documentos pelos proponentes para habilitação no processo licitatório no próximo dia 19 de ju-



Divulgação

lho, previsto no Edital do Leilão nº 2/2018 - PPI/PND, que tem por objeto a 'outorga do contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, associada à transferência do controle acionário das ações das distribuidoras'", disse em seu despacho.

A juíza citou ainda a liminar concedida pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski, no dia 27 de junho, que proibiu a privatização de empresas públicas, sociedades de economia mista, subsidiárias e controladas sem aval do Congresso Nacional.

No dia seguinte da decisão da Justiça, sexta-feira (13), o governo recorreu, através da Advocacia Geral da União (AGU), contra a liminar.

Na semana anterior, terça-feira (4), a Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 10332/18 de privatização das seis distribuidoras da Eletrobrás por 203 votos a favor, contra 123 contra. A matéria segue para o Senado.

As seis distribuidoras que o governo pretende privatizar atuam no Norte e Nordeste do país e atendem mais de 13 milhões de brasileiros em 29% do território nacional. São elas:

Amazonas Energia; Centrais Elétricas de Rondônia (Ceron); Companhia de Eletricidade do Acre (Eletroacre); Companhia Energética de Alagoas (Ceal); Companhia de Energia do Piauí (Cepisa); e Boa Vista Energia (Roraima).

### ELETROBRÁS

Com a privatização das distribuidoras, Temer espera acelerar a privatização da Eletrobrás como um todo, mas tem encontrado forte resistência, até mesmo em sua base aliada. O projeto que permite a privatização da estatal foi enviado ao Congresso Nacional dia 22 de janeiro, mas está emperrado em comissão especial da Câmara, de onde ainda precisaria seguir para o Senado.

Na terça-feira (10), Temer sofreu mais uma derrota na tentativa de entregar a Eletrobrás para os estrangeiros. O juiz Fernando Caldas Bivar Neto, da 23ª Vara Federal do Rio de Janeiro, concedeu liminar suspendendo o pregão do Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para contratar consultoria sobre definição do modelo de privatização da estatal.

## Presidente da Petrobrás defende preço abusivo dos combustíveis

O presidente da Petrobrás, Ivan Monteiro, voltou a defender a política de preços da estatal (petróleo cru e derivados) vinculada aos preços internacionais. "O importante para a Petrobrás é não perder a liberdade para praticar a política comercial o mais realista possível", afirmou em entrevista à Folha de S.Paulo.

No início de junho do ano passado, o então presidente da Petrobrás Pedro Parente adotou a política de reajuste diário, ficando os preços dos combustíveis acima dos preços internacionais, o que implicou em aumento para o consumidor final, nas bombas.

Segundo a Agência Nacional do Petróleo, em 1º de junho do ano passado, o litro da gasolina custava R\$ 3,51, chegando a R\$ 4,50 no último

dia 7, ou seja, um aumento de 28,2%. Nesse mesmo período, o preço do litro do óleo diesel estava em R\$ 2,95 e atingiu R\$ 3,38%, um acréscimo de 14,5%. Já a inflação, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), nos últimos 12 meses terminados em junho chegou a 4,39%, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Monteiro também considerou adequada a política de reajuste trimestral para o gás de cozinha (GLP), o que levou que 1 milhão e duzentas mil pessoas votasse a cozinhar com lenha e carvão, conforme o IBGE: "No caso do GLP, a Petrobrás tomou a decisão de forma espontânea e foi muito adequada. (...) A Petrobrás tem consciência de que impacta a vida das pessoas".

Como ficou proibida a venda de ativos ("desinvestimento"), primeiro Parente e agora Monteiro adotaram o que chamam de "parcerias estratégicas", isto é, servir de muleta para as multinacionais, como já ocorre com a Total, BG e ExxonMobil. "Outro dado relevante são as mudanças no marco regulatório do setor, que aumentaram a atratividade e permitiram novas parcerias para investimentos", declarou Monteiro.

Talvez por isso que para a 5ª Rodada de licitação do pré-sal, das quatro áreas ofertadas (Saturno, Titã, Pau-Brasil e Sudoeste de Tartaruga Verde) a Petrobrás informou que tem interesse apenas nesta última, deixando o caminho livre para suas "parceiras" avançarem sobre as outras.

VALDO ALBUQUERQUE

Até abril, antes da paralisação dos caminhoneiros, o índice de atividade do BC acumulava queda de -0,49%

O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), divulgado nesta segunda-feira (16), despencou 3,34% em maio, em relação a abril. Foi o que bastou para a continuidade da ladainha de que a causa foi a greve de 11 dias dos caminhoneiros, propagada pelo governo Temer e reverberada por analistas da mídia e alguns incautos.

O índice acumulado entre janeiro e abril, antes portanto da greve dos caminhoneiros, já estava negativo em -0,49%. Na comparação com maio de 2017, a queda do IBC-Br foi de -1,54%.

Considerado uma "prévia do PIB", o IBC-Br, na comparação com o mês anterior, ficou negativo em janeiro (-0,52%), variou próximo a zero em fevereiro (0,3%), ficou negativo em março (-0,77%), teve uma variação positiva em abril (0,5%) e desabou em maio (-3,34%).

Assim, os números do BC desmontam a farsa da "recuperação econômica" tantas vezes propagada por Temer/Meirelles e, mostram que ao invés da responsabilidade ser dos caminhoneiros, atestam a total falência da política econômica neoliberal do governo. Que, aliás, já vinha sendo praticada por Dilma.

Os números demonstram que antes mesmo da vitoriosa greve dos caminhoneiros - que entre outras coisas serviu para desmontar a farsa da política de preços dos combustíveis adotada desde Dilma e exacerbada por Temer - a economia estava agonizante.

Em função da política alucinada dos preços dos combustíveis, do aumento das tarifas da energia elétrica, juros estratosféricos, cortes nos investimentos públicos, arrocho na renda e desemprego recorde, todos os indicadores econômicos beijaram a lona, jogando gasolina na fogueira da recessão, iniciada em abril de 2014.

Na verdade, a paralisação dos caminhoneiros serviu para escancarar o fracasso da política de Temer.

De acordo com o governo - Relatório de Inflação, de março de 2010 -, o IBC-Br foi criado para "elaboração da estratégia de política monetária". E o que chamam de "prévia" mensal do Produto Interno Bruto (PIB) - medido trimestralmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - para a definição dos juros pelo Comitê de Política Monetária (Coppom) do BC.

O cálculo do IBC-Br engloba estimativas para a agropecuária, a indústria e o setor de serviços, além dos impostos.

Que outro desfecho se poderia esperar, em uma economia em que o setor não produtivo é o beneficiário dos recursos produzidos pelo setor produtivo? De janeiro a maio deste ano, segundo o Banco Central, foram desviados do setor público R\$ 158,5 bilhões ao setor financeiro, via pagamento de juros, segundo números do BC. Nos dois últimos anos, a média dessa transferência foi de cerca de R\$ 400

bilhões. Precisamente, R\$ 407,024 bilhões em 2016 e R\$ 400,826 bilhões em 2017.

Assolada pelos juros altos, o setor mais importante para uma política de retomada do crescimento, a indústria, está literalmente no fundo do poço. Em maio, na comparação com abril, a produção industrial recuou 10,9%, com queda em 14 de 15 locais pesquisados pelo IBGE. Evolução do setor este ano: janeiro (-2,2%), fevereiro (0,1%), março (0,0%), abril (0,8%) e maio (-10,9%).

Já o volume de vendas do comércio varejista caiu 0,6% e o varejo ampliado (inclui os gastos das famílias mais os das empresas) ficou em menos 4,9%. Todas as atividades do comércio tiveram perdas em maio, à exceção de hipermercados e supermercados.

Enquanto isso, o setor de serviços recuou 3,8% na mesma base de comparação. O setor de serviços responde por cerca de 70% do PIB. No ano, até maio, o desempenho do setor de serviços foi o seguinte: em janeiro -1,7%, em fevereiro ZERO, em março -0,3%, em abril 1,1%, chegando a -3,8% em maio.

O varejo também continua patinando em torno de ZERO: em janeiro 1%, em fevereiro 0,0%, em março 1,0%, em abril 0,7% e em maio -0,6%.

Seja qual for o indicador econômico, o resultado é sempre apontando fundo do poço, tendo como consequência milhões de desempregados espalhados pelo país. Até junho, conforme o IBGE, havia no país 13,7 milhões de desempregados. Somando-se com o subemprego e o desalento, resultam 27 milhões de pessoas sobrevivendo sabe-se lá como.

### DESEMPREGO

Ante ao anúncio de que haveria um mutirão no Sindicato dos Comerciantes de São Paulo para disponibilizar 1.800 vagas, cerca de 10 mil pessoas compareceram à sede da entidade, nesta segunda-feira (16). Conforme o Sindicato, "as primeiras pessoas começaram a chegar, em busca de oportunidade de trabalho, às 23:30 de domingo". De acordo com seu presidente, Ricardo Patah, do total de desempregados no país, "em São Paulo são 2,5 milhões. Isso explica a enorme busca por uma vaga que está ocorrendo neste mutirão de emprego".

Não à toa todas as estimativas para o desempenho do PIB este ano despenham toda semana. Até o governo projeta 1,5%, contra os 3% que previa no início do ano, quando propalava uma formidável recuperação econômica.

Alguns analistas, inclusive do setor financeiro, já falam em 1%.

Após três revisões para cima, o Fundo Monetário Internacional (FMI) divulgou nesta segunda-feira sua estimativa para o PIB do Brasil este ano: 1,8%, 0,5 ponto percentual abaixo de sua última projeção (2,3%).

Em suma, as projeções de início de ano eram todas infladas para distorcer a realidade dos fatos, de que a economia estava - e continua - no fundo poço.

## Flávio Rocha do PRB desiste de candidatura

O PRB (Partido Republicano Brasileiro) anunciou oficialmente na sexta-feira (13) a retirada do nome do empresário Flávio Rocha da disputa presidencial. A decisão foi tomada em conjunto entre o presidente nacional do partido, ex-ministro Marcos Pereira, o empresário e a bancada do partido no Congresso.

Flávio Rocha, defensor do fim dos direitos trabalhistas, do estado mínimo e conhecido por suas posições entreguistas, não conseguiu pontuar em nenhuma das pesquisas de opinião. Como suas

ideias retrógradadas não atraíram nenhum apoio, ele teve que desistir.

E claro que ele não admitiu que o problema era esse. Inventou um pretexto de que tinha que unir o centro. "O País não pode fletar com os extremos e, por isso, mais do que nunca durante todo o processo, é fundamental que as forças de centro se unam num único projeto", diz a nota, anunciando o fim da campanha. Aguarda-se para breve que outros candidatos com perfil semelhante ao de Rocha também tomem o rumo de casa.

### Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br



**HORA DO POVO**  
é uma publicação do  
Instituto Nacional de  
Comunicação 24 de agosto  
Rua José Getúlio, 67, Cj. 21  
Liberdade - CEP: 01509-001  
São Paulo-SP  
E-mail: inc24agosto@uol.com.br  
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto  
Redação: fone (11) 2307-4112  
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br  
E-mail: comercial@horadopovo.com.br  
E-mail: hp.comercial@uol.com.br  
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000  
**Sucursais:**  
**Rio de Janeiro (RJ):** IBSC - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679  
E-mail: hprj@oi.com.br  
**Brasília (DF):** SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000  
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br  
**Belo Horizonte (MG):** Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480  
E-mail: horadopovomg@uol.com.br  
**Salvador (BA):** Fone: (71) 9981-4317 -  
E-mail: horadopovobahia@oi.com.br  
**Recife (PE):** Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004  
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603  
E-mail: horadopovepe@yahoo.com.br  
**Belém (PA):** Avenida Almirante Barros/Passagem Ana Deusa, 140 Curio-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823  
**Correspondentes:** Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br



Ciro, candidato do PDT a presidente

## Governo Temer ameaça partidos que pretendem fazer aliança com Ciro

O articulador político do governo, Carlos Marun, afirmou que os partidos da base que apoiarem Ciro Gomes, pré-candidato a presidente do PDT, devem entregar os cargos na equipe de Michel Temer. O ministro da Secretaria de Governo se referia especificamente aos partidos do chamado Centrão, formado por PP, DEM, Solidariedade e PRB, que avalia a possibilidade de se aliar ao pedetista.

“Eu, sinceramente, espero que os partidos que apoiarem Ciro Gomes deixem o governo”, disse Marun. A declaração confirma os boatos de que o Palácio do Planalto ameaça tirar cargos do PP se a sigla fechar com Ciro.

O ministro afirmou que já conversou com o presidente do PP, senador Ciro Nogueira (PI), sobre o assunto e estendeu a ameaça da retirada dos cargos também a outros partidos, como DEM, PRB e Solidariedade.

## Malta desiste de ser vice e Bolsonaro se lamenta

O plano de Bolsonaro de convidar o senador Magno Malta (PR-ES) para vice de sua chapa e deixar o partido do senador de fora inviabilizou a aliança. Magno Malta anunciou que não será mais vice do deputado. O que o pré-candidato do PSL queria era apenas somar o tempo de TV do PR, porque sem ele, ficará com apenas 8 segundos. Aliados de Bolsonaro disseram que ele ficou muito magoado com Malta.

O PR impôs a replicação da aliança nas eleições do Rio e de São Paulo como condição para encor-

par o tempo de TV e o palanque nacional do presidencial. A proposta não foi aceita pelo filho do candidato, Flávio Bolsonaro (PSL-RJ), que vai concorrer ao Senado.

O desarranjo no Rio fez Magno Malta desistir e Valdemar Costa Neto, cacique do PR, suspender as conversas com Bolsonaro e reavaliar as chances de fechar com o candidato do Centrão ou com o PT. Ele não esconde que prefere um acordo com o polêmico deputado, mas não está disposto a entregar o tempo de TV do PR sem obter nada em troca.

## Márcio Lacerda descarta uma aliança do PSB com o PT para a Presidência da República

O pré-candidato do PSB ao governo de Minas Gerais, Márcio Lacerda, descartou a possibilidade de seu partido se coligar com o PT em nível nacional. “A hipótese de uma aliança nacional com o PT não é provável. Ou será o PDT ou o partido (PSB) não terá aliança”, disse na última quinta-feira (12) em sabatina onde respondeu a perguntas de prefeitos.

Há cerca de um mês, ao participar de um debate com pré-candidatos ao governo na cidade de Tiradentes, Lacerda havia dito que se o partido tomasse uma decisão naquele momento não estaria coligado com o PT. “Em política, nenhuma decisão é definitiva. Mas se a decisão fosse hoje, o PSB não estaria com o PT”, afirmou.

Apesar da pré-candidatura ao governo, o ex-prefeito de Belo Horizonte também é cotado para compor, como vice, a eventual aliança com Ciro Gomes. Sobre essa possibilidade, ele diz que se trata de algo “incerto, uma possibilidade remota” e que está firme na resolução de concorrer ao governo mineiro.

Mas, segundo Márcio Lacerda, “dentro do PSB, a nível nacional, eu penso que só existem duas hipóteses: ou fica neutro, ou se alia ao PDT”.

## Contrário à prisão em segunda instância, Marco Aurélio solta até vice de Fernandinho Beira-Mar

O ministro Marco Aurélio Mello decidiu atropelar o entendimento do plenário do STF, que prevê prisão após condenação em segunda instância, e deu um habeas corpus soltando o traficante Leomar Oliveira Barbosa.

Conhecido como ‘Playboy’, Barbosa cumpria pena por tráfico de drogas e é apontado como braço direito de Fernandinho Beira-Mar. Ele foi condenado a 36 anos de prisão por cárcere privado, sequestro, roubo e tentativa de homicídio.

Na decisão de cinco páginas, do dia 20 de junho, Marco Aurélio ordenou a soltura dele e de outros dois réus do mesmo processo “se por outra razão não estivessem presos”. O traficante tinha dois motivos para continu-

ar preso. O primeiro porque foi condenado em segunda instância e já estava cumprindo pena, conforme determina a jurisprudência do STF. O segundo é que, além de já estar condenado, ele está preso também por outros motivos.

Em sua teimosia de afrontar a maioria do colegiado do STF, que respalda a prisão nestas circunstâncias, Marco Aurélio Mello abriu o caminho para que o traficante retornasse impunemente às ruas. Mesmo que ele tenha colocado no final de seu despacho que o condenado só deveria ser solto se não tivesse preso por nenhum outro motivo, o fato é que, por causa de sua decisão, o traficante está nas ruas. Agora o ‘Playboy’ está foragido.

Leia mais em [www.horadopovo.org.br](http://www.horadopovo.org.br)

# Atropelos e conspiração petista no TRF-4 indignam Sepúlveda



Reprodução

## Ex-presidente do Supremo e advogado Sepúlveda Pertence ‘Sérgio Moro foi imparcial’, defende PGR contra pedido lulista para afastar o juiz

O subprocurador-geral da República, Nívio de Freitas Silva Filho, contestou na sexta-feira (13) pedido da defesa de Lula para afastar o juiz Sérgio Moro do processo sobre o sítio de Atibaia. O petista responde por corrupção passiva e lavagem de dinheiro, acusado de ocultar a propriedade do imóvel e de ser beneficiado com melhorias no sítio, prestados por empreiteiras, como propina.

Os advogados lulistas pediram que o juiz fosse considerado suspeito para atuar no caso por, segundo os advogados, atuar com parcialidade. Pediram, ainda, a anulação dos atos de Moro no processo. Nívio de Freitas, que substituiu Raquel Dodge, afirmou, em parecer enviado ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), que o juiz responsável pela Operação Lava Jato no Paraná, Sérgio Moro, “se manteve imparcial durante toda a marcha processual”, portanto, era “inviável a declaração de nulidade de todos os atos praticados no curso da ação penal processada e julgada pelo Juízo Criminal Federal de Curitiba”.

O pedido para Moro ser retirado do julgamento já foi negado em primeira e segunda instâncias – o Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4). Nos dois casos, o Ministério Público também se manifestou contra o pedido de Lula. No parecer de 13 páginas, o subprocurador lembra que as instâncias inferiores já rejeitaram pedidos de suspeição de Moro. E que o pedido da defesa de Lula representa “mero

inconformismo” e intenção de “rediscutir indefinitivamente” a questão. “Vislumbra-se, portanto, mero inconformismo incompatível com a natureza do instrumento nobre, desvirtuado com a intenção de rediscutir indefinidamente os termos da condenação proferida de forma escoreta após ampla ponderação do contexto fático”, diz.

Lula está preso, condenado a 12 anos e um mês de cadeia no caso do triplex de Guarujá. Ele é réu em mais cinco ações penais (incluindo a do sítio de Atibaia) e é investigado em mais dois inquéritos. Na quinta (12), ele foi absolvido de uma outra acusação, de ter atuado para impedir a delação premiada de Nestor Cerveró na Lava Jato.

## Réu confesso, Delcídio é absolvido por juiz

A sentença do juiz Ricardo Leite, da 10ª Vara Federal de Brasília, que absolveu Lula, Delcídio do Amaral, André Esteves, Bumlai e outros, é um descalabro – com a devida vênia do meritíssimo juiz.

Não pelo que diz respeito à absolvição de Lula. Sem dúvida, era preciso mais do que havia no processo para condenar Lula pelo suborno de Nestor Cerveró, ex-diretor da área internacional da Petrobrás – e, portanto, por obstrução da Justiça.

Apesar da convicção geral de que Delcídio jamais tentaria tal ação sem o respaldo ou aprovação de Lula – como, aliás, disse o próprio Delcídio – isso não bastava para condená-lo. Seria preciso outras provas. Por isso, a Procuradoria nem pediu a sua condenação – e, também, a do banqueiro André Esteves.

Porém, Delcídio, senador pelo PT e líder do governo Dilma no Senado, foi preso, por ordem do falecido ministro Teori Zavascky – e, depois, teve seu mandato cassado

pelo próprio Senado, **com nenhum voto contra**, porque havia uma gravação, com sua própria voz, em que ficou provado não apenas o suborno oferecido a Cerveró para que ficasse calado quanto ao assalto à Petrobrás, como, também, a sua proposta de que o ex-diretor da estatal fugisse do Brasil, ou seja, da Justiça.

O Senado não cassou nem Aécio Neves, apesar das provas de que recebia dinheiro da JBS – nada menos que uma gravação de 30 minutos, em que Aécio pede R\$ 2 milhões a Joesley Batista.

Entretanto, cassou Delcídio – pois havia uma gravação em que ele tramava não somente o suborno para impedir as investigações, mas a fuga de Nestor Cerveró do Brasil. Ou seja, um senador tramava o desrespeito às leis e à Justiça.

O juiz, estranhamente, reconhece a culpabilidade de Lula, sobre o qual as provas eram insuficientes, concordando e reproduzindo, literalmente o parecer da Procuradoria do Distrito Federal: “A

ratificação da denúncia aponta que, apesar de não existir uma prova cabal do envolvimento de Lula, há ‘confiabilidade’ na narrativa de Delcídio. Não se pode desconsiderar que, em uma organização criminosa, o chefe sempre restará na penumbra, protegido, de modo que não há de se esperar, contra este, uma prova tal como uma ordem objetiva gravada ou mesmo uma filmagem de entrega pessoal de valores” (Sentença, Processo nº 42543-76.2016.4.01.3400, página 25/7779).

Mas, se a narrativa de Delcídio é “confiável”, como pôde o juiz absolvê-lo?

Sobre Lula, as provas eram insuficientes. Mas, sobre Delcídio? Como o juiz pôde invalidar a prova, que é constituída pela própria voz de Delcídio, praticando um crime?

**INVERSOES**  
Para invalidar essa prova, por pouco o juiz não condenou o denunciante do crime – Bernardo Cerveró, filho de Nestor, que fez a gravação.

Continue lendo em [www.horadopovo.org.br](http://www.horadopovo.org.br)

C. L.

## STF dá mais 30 dias para investigar Aécio

A presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Cármen Lúcia, deu mais 30 dias de prazo para a conclusão de uma das investigações sobre o senador Aécio Neves (PSDB/MG) na Operação Lava Jato.

O senador é investigado por ter recebido R\$ 30 milhões da Odebrecht e mais R\$ 20 milhões da Andrade Gutierrez para influenciar o andamento dos projetos hidrelétricos do Rio Madeira – as usinas de Santo Antônio e Jirau. A Polícia Federal e a

Procuradoria Geral da República (PGR) pediram 60 dias de prazo, para realização de coletas de depoimentos e provas pendentes – entre elas a realização de perícia no sistema de contabilidade paralela da Odebrecht.

Segundo a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, “ainda restam diligências pendentes, o que justifica a necessidade de prorrogação de prazo para a conclusão desta investigação”. A PGR aponta que diversos elementos foram

juntados ao inquérito desde a abertura da investigação, como registros de entrada e saída das empresas e depoimentos de funcionários.

A presidente do STF, no entanto, determinou que a investigação deve ser concluída em 30 dias “para evitar dilações processuais indevidas”. Cármen Lúcia ordenou que, após a conclusão do novo prazo, o inquérito seja encaminhado ao relator, ministro Luiz Edson Fachin, responsável pela Lava Jato no STF.

## PGR pede para que doleiro do esquema de Cabral solto por Gilmar Mendes volte à prisão

A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, entrou com recurso no Supremo Tribunal Federal (STF) contra decisão monocrática (isto é, decisão individual, tomada por único juiz) do ministro Gilmar Mendes, que mandou soltar Marcelo

Rzezinski, denunciado na Operação ‘Câmbio, desligo’. O doleiro foi o sexto alvo da investigação libertado pelo ministro.

Rzezinski é investigado junto com seu irmão, Roberto Rzezinski, por participação na rede de doleiros acu-

sada pelo Ministério Público Federal de ter atuado para lavar dinheiro e enviar recursos ao exterior ligados ao esquema de corrupção no governo do Rio de Janeiro, liderado pelo ex-governador Sérgio Cabral. Leia mais em [www.horadopovo.org.br](http://www.horadopovo.org.br)

Ex-presidente do STF envia carta a Luiz Inácio Lula da Silva criticando ações de advogados lulistas e o conluio dos parlamentares com o desembargador petista no TRF-4

Inevitavelmente, a conspiração do PT para desmoralizar a Justiça e soltar Lula teria consequências. Somente os cabeças de alfinete que a armaram e promoveram, tipo Gleisi Hoffmann, ou os três deputados que entraram com pedido de habeas corpus no plantão do desembargador petista Rogério Favreto, ou o próprio Favreto, é que poderiam conceber um abuso público e despuadorado, como aquele que tentaram, sem que houvesse consequências.

Mas isso vai por conta da leviandade e da total desconsideração do PT pelas instituições, a começar pela Justiça.

Voltaremos mais adiante a essa questão – antes, é preciso registrar que a carta de Sepúlveda Pertence à Lula, manifestando sua intenção de deixar a sua defesa, é uma clara consequência das aventuras de fim de semana em que o PT se meteu.

Sepúlveda, que foi assessor de Evandro Lins e Silva e colega de escritório de Vitor Nunes Leal – depois que tanto Evandro, quanto Nunes Leal, foram afastados do Supremo Tribunal Federal (STF) pela ditadura – foi o procurador geral da República escolhido por Tancredo Neves. Depois, foi ministro do STF, e, depois de aposentar-se, tornou-se um dos principais advogados do país.

Sepúlveda foi contratado em fevereiro deste ano por Lula, após a medíocre defesa de seu advogado, Cristiano Zanin, no processo da propina do triplex, quando o Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) o condenou a 12 anos e um mês de cadeia, por corrupção passiva e lavagem de dinheiro ilícito.

Porém, ao contratar Pertence, Lula não afastou os outros advogados, em especial Cristiano Zanin e sua esposa Valeska Teixeira – genro e filha do seu compadre Roberto Teixeira, um dos réus no processo da propina do sítio de Atibaia (na denúncia, Teixeira é citado 29 vezes por atos ilícitos).

Assim, Roberto Teixeira continuou mandando na defesa de Lula, apesar da contratação de Sepúlveda.

O resultado mais vexaminoso foi uma nota do casal Zanin-Teixeira, desautorizando Sepúlveda Pertence por haver entrado no STF com um pedido de prisão domiciliar para Lula – e atacando o ministro Luiz Edson Fachin, relator dos processos da Lava Jato no Supremo.

A questão é que a nota do casal foi assinada por Lula (aliás, é uma nota cômica, onde se fala de “medida cautelar, ‘efeito suspensivo’, ‘recurso extraordinário’, ‘acórdão’, etc. Só faltam os prolegômenos da hermenêutica, ou coisa parecida, para consagrar Lula como jurisconsulto).

Tudo isso levou a um conflito que seria quase físico, se não fosse virtual, isto é, através do grupo no WhatsApp dos advogados de Lula.

Abespinhado com a folga do casal Zanin-Teixeira em relação ao ex-ministro Sepúlveda Pertence, um dos filhos deste, Eduardo Pertence, retrucou: “Não precisamos de vocês para ter qualquer tipo de protagonismo! Meu pai é e sempre será maior que vocês” – e se retirou do grupo.

Em seguida, Cristiano Zanin acusou outros advogados de Lula (pode-se imaginar quem) de “vazar” para a imprensa: “offs e mais offs e sugestões de pautas marotas de pessoas que à luz do sol juram amor a Lula e à sua liberdade mas que nas sombras estão dispostas a qualquer coisa” – e também retirou-se, com a mulher, do grupo no WhatsApp, é verdade que não sem vazar a sua mensagem para a imprensa...

Na sexta-feira, dia 13, outro filho de Sepúlveda Pertence, Evandro Pertence, entregou a Lula a carta do pai, manifestando sua intenção de deixar a defesa de Lula.

Na carta, ele cita explicitamente a nota assinada por Lula que o desautorizou, os ataques a Fachin – uma

estupidez tanto do ponto de vista da verdade, quando do ponto de vista da mera tática advocatícia – e a conspiração do fim de semana de 6-8 deste mês (v. [Conspiração do PT para desmoralizar Judiciário fracassa](#)).

Sepúlveda, em entrevista, disse que não soube que os deputados petistas iriam entrar com um habeas corpus, na noite de sexta-feira, dia 6, aproveitando-se do plantão ocupado por um ativista do PT que Dilma levou a desembargador. Perguntado se foi consultado, durante o dia, pelos demais advogados de Lula, que atuavam na chicana, o ex-procurador geral disse que preferia não falar sobre o assunto.

Na carta a Lula, Sepúlveda afirma que tal ação demonstra que o PT assumirá diretamente a sua defesa. Realmente, a defesa de Lula parece aquela panela do ditado popular, em que todos mexem e a comida é um fracasso: ou insossa ou muito salgada, mas sempre intragável.

Em declarações na segunda-feira, Sepúlveda Pertence disse que ainda iria se encontrar com Lula para discutir se continua ou não no bloco dos advogados do petista.

Trata-se de um homem de 80 anos, que já percorreu todos os cargos possíveis a um jurista, com ampla fama – e bem sucedido, economicamente, na sua profissão. Quando Lula o contratou, falou-se em honorários de R\$ 50 milhões, algo de que não temos confirmação, mas é corrente, nos meios jurídicos, que Sepúlveda, desde que aposentou-se no STF, não defendeu causa por menos de R\$ 10 milhões.

O que faria um homem como este aguentar desaforos de Zanin e da filha de Roberto Teixeira, essas duas capacidades do Direito nacional?

No entanto, existe algo mais importante nessa comédia.

O fato de que ela é provocada porque ninguém sabe como defender um réu que, a rigor, é indefensável. O oportunismo de Lula, a farsa do perseguido, que ele encena, é incompatível com uma defesa verdadeira na Justiça.

Lula não quer defender-se das acusações. Para isso, precisaria admiti-las. Ele quer posar de perseguido pela própria Justiça. Assim, a única defesa possível é atentando contra a Justiça. E, aqui, voltamos ao ponto que mencionamos no início deste artigo.

Estamos longe de achar que as instituições que existem no Brasil são perfeitas. Mas, quem pode mudá-las é o povo. Enquanto acumulamos para ter força – popular, democrática – suficiente para melhorá-las, ou mesmo substituí-las, é dentro, ou com as atuais instituições, que a luta do povo se desenvolve, cresce, se amplia, se aprofunda.

A ideia de que uma minoria pode esculhambar – desculpem os puristas pelo vocábulo – com as instituições para tomar o poder ou para tornar impune um ladrão, é, sucintamente, coisa de fascista.

A conspiração do fim de semana, aproveitando-se de um infiltrado pelo PT no TRF-4, mostra bastante esse caráter do petismo – e, certamente, não é o único sinal ou sintoma.

Um jurista, o presidente da Associação Nacional dos Magistrados Estaduais (Anamages), Magid Nauef Láuar, declarou que “o quinto constitucional hoje é preenchido pelo advogado fracassado”.

O “quinto constitucional” é o mecanismo legal usado por Dilma para nomear Rogério Favreto para o TRF-4, onde seu voto vale tanto quanto o de desembargadores que entram na magistratura por concurso. Favreto, pelo jeito, é mais afeito às conspirações de final de semana do que às lides do Direito.

E, pelo amor de Nosso Senhor Jesus Cristo, que não apareça algum petista para dizer que todos os presidentes fazem a mesma coisa.

Não é verdade. O presidente Sarney, por exemplo, indicou Sepúlveda Pertence para o STF.

CARLOS LOPES

Metalúrgicos de São Paulo apresentam pauta aos candidatos à Presidência da República:

# “Revogar a reforma trabalhista e desenvolver a indústria nacional”

Para sindicalistas, é necessário estabelecer um plano nacional de desenvolvimento, a rejeição da reforma da Previdência e também a redução dos juros no país

O Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e Mogi das Cruzes elaborou uma pauta de reivindicações para serem apresentadas aos candidatos à Presidência da República nas eleições deste ano. Dentre as principais exigências dos trabalhadores está a revogação da Reforma Trabalhista e da terceirização, a rejeição à Reforma da Previdência e o foco no desenvolvimento da indústria nacional.

Miguel Torres, que preside o Sindicato dos Metalúrgicos a Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos (CNTM), e é presidente interino da Força Sindical,

Afirma que é necessário que os candidatos progressistas assumam a pauta dos trabalhadores. “O sindicato está aberto a dialogar com os presidenciáveis dispostos a realizar uma política econômica e social a favor dos interesses do povo brasileiro”, disse.

“Estamos abertos aos candidatos que assumam o compromisso de barrar as reformas que o atual governo aprovou e pretende aprovar para beneficiar o grande capital. O povo brasileiro merece um País melhor e governantes comprometidos com a construção de uma Nação mais justa, sem miséria, próspera e soberana”, destacou.

O sindicato destacou sua posição contrária “as políticas neoliberais de exclusão social em andamento no país” e defendeu a criação de um “plano nacional de desenvolvimento que garanta a retomada do crescimento econômico, com valorização da indústria nacional, geração de emprego de qualidade, distribuição de renda e garantia dos direitos trabalhistas, sociais e previdenciários da classe trabalhadora”.

Para os metalúrgicos é vital a “não votação da reforma da Previdência que prejudica as aposentadorias públicas”, o fim “do engessamento dos investimentos públicos nas áreas sociais, saúde e educação”, “a redução da taxa de juros” e a “correção da tabela do imposto de renda”.

O sindicato destaca também a importância do fim das privatizações. “Fim das privatizações e da entrega de nossas reservas energéticas, terras próximas a aquíferos, setores estratégicos e empresas como Eletrobras, Petrobras, Embraer e BNDES”.

A necessidade de uma “renovação da frota de veículos, com indústrias de reciclagem, geração de milhões de empregos na cadeia

automotiva e mais qualidade de vida”, também foi pautada pelos trabalhadores metalúrgicos.

Além de ações “contra a sobretaxa dos EUA à importação de aço e alumínio do Brasil”, a “reorganização do mercado de trabalho e valorização do mercado interno”, a “garantia de financiamento às estruturas sindicais”, e pela “liberdade de expressão e de manifestação política e fim da perseguição a líderes sindicais, políticos e dos movimentos sociais”.

## DEBATES

Os metalúrgicos paulistas já receberam em sua sede alguns pré-candidatos para debater essas propostas. Entre eles, Ciro Gomes (PDT), Manuela D’Ávila (PCdoB), Vera Lúcia (PSTU) e João Goulart Filho (PPL).

No debate com Ciro, ele disse que o Brasil tem desafios a resolver, dentre eles o endividamento das famílias (60 milhões de brasileiros), “de tantos juros exorbitantes”, das empresas com o sistema financeiro e o colapso das contas públicas. Para resolver este colapso, segundo Ciro, é preciso destruir a força organizada do mundo do trabalho. “O governo não tem compromisso popular, aprovou uma reforma trabalhista que é uma fraude e o sistema tributário é o mais regressivo do mundo”.

Manuela defendeu em sua participação a revogação da reforma trabalhista e disse que é contra a reforma governista da Previdência. “Vivemos um momento de alta do desemprego, com 27 milhões de trabalhadores sub-aproveitados, de aumento da pobreza e de precarização das condições de vida do brasileiro. A reforma trabalhista trouxe uma condição de trabalho análogo à escravidão”, afirmou.

Em sua intervenção, João Goulart Filho (PPL) defendeu a retomada do desenvolvimento nacional, a duplicação do salário mínimo e a criação de empregos no país. “O país hoje está com 27 milhões de pessoas sem emprego. Metade desempregada e a outra metade no subemprego. Temos que enfrentar essa situação”, disse [ver matéria ao lado].

Vera Lúcia defendeu a reforma agrária, para garantir alimento para todos, a reestatização dos bancos, para garantir os investimentos com juros e créditos mais baixos, a interrupção da remessa de lucro das multinacionais para suas matrizes, e impedir a privatização da Eletrobras.

a oportunidade de estar na prefeitura para esses processos andarem”, completou o prefeito, que disse que os evangélicos não podem fugir ao “sacrifício” que é estar na política.

Em seguida, ele ofereceu aos pastores ajuda para encaminhar fiéis a cirurgias e para agilizar processos de isenção da cobrança de IPTU das igrejas. “Estamos fazendo o mutirão da catarata. Contratei 15 mil cirurgias até o final do ano. Então, se os irmãos tiverem alguém na igreja com problema de catarata, por favor falem com a Márcia”, disse o prefeito.

## PESCA

Também da segunda-feira, o juiz Renato Borelli, da 20ª Vara Federal do Distrito Federal, o bloqueio de bens de Marcelo Crivella e de outros oito investigados.

O bloqueio foi determinado no âmbito de uma ação por improbidade administrativa relacionada a um contrato fechado pelo Ministério da Pesca com uma empresa quando Crivella era o ministro.

Na decisão, a Justiça do Distrito Federal determina o bloqueio de até R\$ 3.156.277,60 dos investigados. Ao pedir o bloqueio, o Ministério Público Federal (MPF) argumentou que a medida visa “garantir o pleno ressarcimento do erário” em caso de condenação.

## TJ-RJ proíbe Marcelo Crivella de usar máquina pública para benefício pessoal ou do seu grupo religioso

A Justiça do Rio determinou restrições ao uso da máquina pública pelo prefeito do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella (PRB), após a revelação de uma reunião secreta com pastores no Palácio da Cidade, na semana passada.

Segundo o juiz Rafael Cavalcanti Cruz, da 7ª Vara de Fazenda Pública, Crivella está proibido de usar a estrutura do estado em interesse de grupos religiosos, de privilegiar o uso de serviços públicos (como filas de hospitais) ou de realizar censos religiosos.

A denúncia de improbidade administrativa foi oferecida pelo Ministério Público (MPRJ) no último dia 12. Em caso de descumprimento, Crivella pode ser afastado até julgamento. Segundo o MP, o prefeito usou o espaço público e “extrapolou os limites do razoável” ao promover o encontro com 250 pastores e líderes religiosos.

Segundo o juiz o prefeito Marcelo Crivella “provavelmente ofendeu o princípio da legalidade” no evento que foi chamado de Café da Comunhão. Ele diz ainda que a administração pública não pode atuar para prejudicar ou beneficiar “pessoas determinadas”.

## MÁRCIA

Durante o referido Café da Comunhão, Crivella diz aos seus correligionários que eles devem “aproveitar que Deus nos deu



Ubiraci Dantas, João Goulart Filho e Miguel Torres, da Força Sindical

## João Goulart Filho defende dobrar o salário mínimo e retomar o crescimento do país

João Goulart Filho, ex-deputado e pré-candidato a presidente da República pelo Partido Pátria Livre (PPL), defendeu na última sexta-feira (13), em ato no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, a retomada do projeto de nação, que foi interrompido em 1964 com a derrubada do governo do então presidente Jango, seu pai, e os conseguintes 21 anos de ditadura.

Em debate com trabalhadores, dirigentes sindicais, jovens e lideranças políticas no auditório lotado do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, João Goulart Filho destacou o projeto nacional-desenvolvimentista para o país “e a reavaliação das nossas lutas trabalhistas”, por um projeto de nação “livre, soberana e justa”.

Ele lembrou que há exatos 56 anos, no dia 13 de julho de 1962, Jango instituiu o 13º Salário, vigente até hoje.

“Foi com muita luta, com povo na rua, que esses direitos se conquistaram. São direitos que só podem avançar, não podem retroceder”, afirmou João, e destacou que vai revogar a reforma trabalhista que tirou direitos dos trabalhadores. “Vou revogar a lei trabalhista do Temer (lei 13.467/2017), pois ela

é injusta ao cortar direitos, extinguir a contribuição sindical e enfraquecer a Justiça do Trabalho”, disse o presidenciável.

“Para sair do fundo do poço, temos de inverter toda essa política econômica”, acrescentou. “A primeira coisa que temos de fazer é cobrar quem deve”, comentou, referindo-se ao setor previdenciário.

Em relação ao salário mínimo, João se comprometeu em dobrar o valor em quatro anos, e lembrou que seu pai quando foi ministro do Trabalho de Getúlio Vargas, dobrou em 30 dias. Além do salário mínimo, ele também se comprometeu a dobrar o investimento público porque “quem puxa o investimento é o Estado”, para ele a elevação dos investimentos públicos “puxa os investimentos privados”.

João Goulart Filho argumentou que é preciso baixar os juros que estão consumindo, segundo dados oficiais, R\$ 400 bilhões por ano. “Se computarmos a rolagem da dívida chega-se a 52% do orçamento federal comprometido com esses pagamentos”, denunciou. “Com a redução dos juros, os empresários poderão investir seu dinheiro na produção porque não terão ganho fácil do mercado financeiro”, explicou.

Para o pré-candidato,

isso é necessário para ampliar o mercado. Defendo a ampliação do mercado interno como forma de possibilitarmos a retomada do crescimento econômico, com geração de empregos e garantia de direitos. “O país hoje está com 27 milhões de pessoas sem emprego. Metade desempregada e a outra metade no subemprego. Temos que enfrentar essa situação”, disse ele.

Outro compromisso perante os sindicalistas foi o de “paralisar completamente” os processos de privatização em curso. Chamou a venda do pré-sal de “crime de lesa-pátria” e defendeu o retorno do monopólio estatal do petróleo.

João Goulart disse também que é contra a reforma da Previdência pretendida por Temer e pelo mercado. “Os direitos garantidos não podem ser desmobilizados. É preciso cobrar quem deve à Previdência”, assinalou Goulart.

Para o pré-candidato os “ajustes fiscais” são “falácias” que cortam do povo e não do que é preciso. Ele criticou particularmente o sistema financeiro, afirmando que desde 1995 “os bancos engoliram” o equivalente a um PIB do Brasil.

## Nessas eleições, quem deve estar no centro é o povo brasileiro, diz Marina

A pré-candidata da Rede à Presidência da República, Marina Silva, criticou a atuação do chamado “Centrão” nas articulações sobre alianças políticas. “Não é o Centrão que deve ficar no centro das eleições de 2018. Quem deve ficar no centro da grande transformação que o Brasil precisa é a população brasileira, é o cidadão brasileiro”, disse.

Marina critica a mudança de discurso para agradar os partidos do centrão que são “atravessadores do sonho brasileiro”.

“O centrão no Brasil acaba sendo o pêndulo que tenta puxar para sua agenda, no meu entendimento não é a de melhor interesse do Brasil,

qualquer candidatura que se coloque no cenário nacional. Chega do centrão terceirizar as mudanças do Brasil para o que lhes interessa”, disse.

## AMBIENTE

Na última semana, a pré-candidata da Rede à Presidência, Marina Silva, responsabilizou os governos Michel Temer e Dilma pelo crescimento do desmatamento em terras públicas no País.

“Eu não tenho dúvida de que a falta de credibilidade e de legitimidade do governo Temer, e a falta de compromisso da ex-presidente Dilma fizeram aumentar o problema ambiental. A primeira moeda de troca que aparece nas disputas dentro do Congresso, para manter apoio aos governos,



Pré-candidata da Rede à presidência, Marina Silva

seja ele Dilma ou Temer, é a agenda ambiental, a agenda indígena e a agenda dos direitos humanos”, disse, durante o encontro com integrantes do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, em Brasília



Salas da sede do ministério em Brasília amanhecendo reviradas

## Ministério do Trabalho fraudava relatórios para Carlos Marun, afirma PF

A Polícia Federal afirmou em relatório que integrantes do Ministério do Trabalho ignoravam exigências legais e fraudavam pareceres para atender interesses do ministro da Secretaria de Governo de Temer, Carlos Marun. Segundo a PF, as notas técnicas, necessárias para entidades obterem o registro sindical eram “fabricadas” de modo a atender interesses privados”.

De acordo com as investigações, Marun solicitava por meio de sua chefe de gabinete, Vivianne Lorenna de Melo, facilidades para sindicatos de Mato Grosso do Sul, em troca de apoio político no estado. As demandas eram repassadas para o então coordenador-geral de Registro Sindical, Renato Araújo, preso na primeira fase da Operação Registro Espúrio, em maio.

Araújo foi flagrado em troca de emails com Jéssica Mattos, também presa na operação, e responsável por produzir manifestações fraudulentas para entidades que “possivelmente ofereceram vantagens indevidas” a Marun.

Em um dos casos, Araújo encaminhava a Jéssica uma cópia de um email com demandas de Vivianne, onde ela solicita a concessão de um registro sindical para o Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário Federal e Ministério Público da União no MS (Sindjufe-MS).

Em seguida ele pergunta qual nota técnica Jéssica estaria fazendo. Ela responde estar com o caso do Sindjufe, “quase pronto”. “Falta eu decidir o que escrever para justificar”, afirmou.

Para a PF, “o teor do diálogo revela o que foi comprovado nesta investigação. As manifestações são ‘fabricadas’ de modo a atender interesses privados, com diuturna ofensa aos princípios da legalidade, impessoalidade e moralidade”.

“No caso sob análise, Jéssica admite que a entidade não havia cumprido requisito exigido pela legislação, mas que estaria pensando numa solução para atender à demanda de Vivianne”, acrescentou.

Para aprofundar as investigações a PF pediu medidas de busca e apreensão contra a chefe de gabinete e Marun, mas o ministro Edson Fachin, relator do caso no STF, não autorizou as ações por entender que os indícios apontados eram insuficientes.

## MISTÉRIO

Em meio às investigações, neste fim de semana a sede do Ministério do Trabalho, em Brasília, teve pelo menos duas de suas salas reviradas. Quando os funcionários chegaram para trabalhar na manhã desta segunda-feira (16) encontraram móveis abertos, documentos revirados e material jogado pelo chão.

A Polícia Federal isolou a parte do Ministério onde houve a invasão. As salas são destinadas aos arquivos de “serviços relacionados ao seguro-desemprego e a carteiras de trabalho”.

Segundo matéria da TV Globo, quatro notebooks desapareceram do local.

## REGISTRO ESPURIO

O relatório da PF também afirma que o ex-ministro do Trabalho Helton Yomura “não passa de um fantoche dos caciques do PTB”, e aponta a deputada Cristiane Brasil (PTB-RJ) como “líder” no núcleo político da organização criminosa da fraude de registros sindicais junto ao Ministério do Trabalho.

A PF afirma que Cristiane Brasil, “mesmo não ocupando formalmente qualquer cargo na estrutura do Ministério do Trabalho, foi alçada, na prática, a um posto de comando da Pasta, fortalecendo a estrutura de atuação do ‘subnúcleo PTB [...]’ Em que pese ter sido impedida por decisão judicial de tomar posse como ministra do Trabalho no início do corrente ano, Cristiane Brasil passou a exercer grande influência no órgão”.

O relatório continua: “Para permitir a ingerência de Cristiane Brasil, a organização criminosa colocou no cargo máximo do Ministério do Trabalho alguém devidamente comprometido com os interesses do grupo, papel que coube a Helton Yomura, que, ao que tudo indica, não passa de um fantoche dos caciques do PTB”.

Na segunda fase da Operação, o gabinete, o apartamento funcional e outros endereços relacionados à Cristiane Brasil foram alvo de busca e apreensão. Na última fase, realizada no dia 5 de julho, o STF afastou Helton Yomura do Ministério do Trabalho. No mesmo dia, ele pediu demissão do cargo.

“A organização criminosa é alimentada pelo interesse de entidades na obtenção fraudulenta do registro sindical, mediante o pagamento de propina a servidores públicos, oferta de capital político (apoio, financiamento e votos) aos partidos/agentes políticos ou promessa de filiação às centrais sindicais”, descreve a PF.

## STF suspende cobrança extra de 40% nos planos de saúde

Após grande repúdio da população e de entidades sobre as novas normas de cobranças para planos de saúde, a ministra Cármen Lucia, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu na manhã desta segunda-feira (16) a resolução da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) que definiu as novas regras para cobrança de “coparticipação” e um teto de 40% do valor de procedimentos de saúde que pode ser imposto pelas reguladoras aos clientes de planos de saúde. A ministra Cármen Lúcia atendeu a liminar em

ação movida pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

A resolução suspensa por decisão do STF também isentava a incidência de coparticipação e franquia em mais de 250 procedimentos, como exames preventivos e tratamentos de doenças crônicas, incluindo tratamentos de câncer e hemodialise.

Na decisão, a presidente ministra citou que a “fixação de novos e mais elevados percentuais” de contribuição atualmente convive com as crescentes dúvidas quanto aos limites das novas obrigações devidas pelos contratantes das

modalidades de coparticipação ou de franquia. Ela também destacou que a mudança empreendida pela resolução deveria ter passado pelo Congresso.

“A edição de norma administrativa que inaugura situação de constrangimento a direito social fundamental, como é o caso da saúde, não apenas pode vir a limitar esse direito e do direito, o que tem contribuído para a instabilidade das relações sociais brasileiras e, mais ainda, tem minado a confiança dos cidadãos nas instituições públicas”, disse a ministra.



# Rebelião no Haiti derruba premiê que elevou preço de combustíveis



Premiê não resistiu à revolta que tomou Porto Príncipe seguida de greve geral

## Festa pela conquista da Copa termina em tumulto em Paris e Lion

A festa pela vitória da França na Copa do Mundo de 2018 que reuniu centenas de milhares na avenida Champs Elysées, durante o dia de domingo, foi sucedida por um tumulto de grandes proporções em Paris e ainda em Lion e na cidade portuária de Marselha.

Jornais locais informam da prisão de 292 pessoas. 45 policiais ficaram feridos nos confrontos. Dos 292 detidos no quebra-pau, 90 permaneceram presos para mais averiguações, como informa o chefe de polícia, Michel Delpuech. Duas pessoas morreram e centenas ficaram feridos.

Enquanto a mídia exaltava a miscigenação da equipe campeã com um escote lotado de jogadores africanos ou filhos de africanos de primeira geração na França, a repressão e negativa em receber refugiados ou imigrantes africanos em solo francês segue seu curso de violência, fronteiras fechadas e deslocamentos forçados. Além disso, a discrepância entre as condições de vida dos mais aquinhoados entre os franceses e a dos descendentes de imigrantes que se instalaram nos bairros mais pobres produz uma tensão constante que volta e meia explode em tumultos como o ocorrido ao final da festa pela conquista da Copa.

E o caso da revolta que eclodiu nos bairros franceses de Orvault, Reze, Nantes, Breil e Bellevue, apenas cinco dias antes, quando os moradores mais jovens souberam da decisão de manter em liberdade o policial responsável pela morte do jovem Aboubakar Fofana (cujos pais emigraram da Guiné no início dos anos 1990), durante uma batida policial, ocorrida em Nantes, no dia 3.

## EUA ameaça retaliar Ruanda pela decisão do país de proteger a sua indústria têxtil

Os Estados Unidos entraram em conflito comercial com Ruanda, um dos países com menor PIB no continente africano, (US\$ 9 bilhões).

O motivo é que o governo ruandês resolveu elevar a tarifa de importação para roupas usadas vindas dos EUA, para apoiar a produção local de vestuário.

O aumento da tarifa foi de US\$ 0,25 para US\$ 2,50 por quilo. A elevação da tarifa integra o esforço governamental de fazer crescer a economia local que sofreu intensamente durante a guerra civil de 1994.

Diante da medida, um representante do governo norte-americano, segundo informa a agência de notícias RTI, advertiu o governo de Ruanda de que este perderia 'benefícios' entre eles os advindos do AGOA, Lei de Crescimento e Oportunidade para a África, que define legislação comercial com a África. O comércio de roupas usadas rende aos EUA somente US\$ 17 milhões, mas o que está em jogo é o 'mal exemplo' que a medida do país africano representa.

O professor da Universidade de Ruanda, Christopher Kayumba, declarou, em entrevista à agência Deutsche Welle, que "do ponto de vista legal os EUA poderiam impor uma penalidade dentro da lei AGOA, pois está previsto que os países africanos a exemplo de Ruanda devem remover todas as barreiras a produtos dos Estados Unidos para poderem exportar para lá".

No entanto, "o espírito

## Humberto, irmão de Daniel Ortega, pede eleições antecipadas e o desarmamento dos paramilitares

"Hoje, nós nicaraguenses sofremos da atuação impune de civis ilegais armados e encapuzados, parapoliciais que disparam à mão cheia e exercem controles somente permitidos por lei a autoridades policiais ou militares", denuncia Humberto Ortega, em carta a seu irmão, o presidente nicaraguense, Daniel Ortega.

"Toda essa situação impôs um aterrorizante Estado de Sítio não oficial no país", acrescenta Humberto, destacado combatente sandinista, ao pedir o desarme desta praga que já ceifou mais de 300 vidas no país: "Que o presidente Daniel Ortega providencie de imediato que se disponha de todo o poder de ordem do Estado e governo para que sejam desativadas as forças parapoliciais".

Humberto se refere à profunda crise que infelicitava os nicaraguen-

ses e pede a convocação de eleições antecipadas: "Todos nós, nicaraguenses, queremos a solução pacífica para a trágica crise que sofremos e o presidente Daniel Ortega, ao adiantar constitucionalmente as eleições presidenciais para o ano que entra, dirá sim à paz e então nossa pátria será estimulada e por certo surpreenderá o mundo recuperando-se aceleradamente".

"Honremos aos caídos de ontem e de hoje, sejamos solidários com seus sofridos familiares, com nosso povo e seus jovens estudantes que reclamam a paz com plena liberdade com o mesmo fervor do jovem estudante sandinista Camilo Ortega Saavedra que deu sua vida defendendo o heróico povo de Masaya e Monumbó", conclui o irmão de Daniel Ortega, que firma General Humberto Ortega de Saavedra.

declarado da lei é o de ajudar países pobres a se desenvolverem. Por isso surpreende que um país tão grande e rico como EUA insista em exportar roupas de segunda mão a países tão pobres quanto Ruanda", prossegue o professor. Na verdade, dadas as ganância e arrogância imperiais norte-americanas, nada disso surpreende.

O vice-diretor da Representação de Comércio dos Estados Unidos, C.J. Mahoney declarou que "as determinações do presidente reforçam seu compromisso com o fortalecimento de nossas leis de comércio garantindo a justiça em nossas relações comerciais", ao informar ao governo de Ruanda que este tinha 60 dias para voltar atrás na elevação das tarifas de importação. O país recusa-se a voltar atrás em sua decisão.

"Estamos colocados em uma situação em que temos de fazer escolhas; escolher ser um receptor de roupas usadas ou fazer com que nossas indústrias têxteis se desenvolvam", afirma o presidente de Ruanda, Paul Kagame, no início de junho. "Até onde eu entendo, fazer a escolha certa é muito simples", completou.

A medida de Ruanda foi tomada em comum acordo com países reunidos no encontro da Comunidade Leste Africana, em 2016 e foi anunciada, junto com Ruanda, por Uganda e Tanzânia. Ruanda manteve a decisão, mas os outros dois países recuaram diante da pressão de Trump e seu governo.

## Líder empresarial mexicano: "Retomada do refino pela Pemex fortalecerá a indústria"

O compromisso do presidente eleito Andrés Manuel López Obrador de reabilitar três das seis refinarias da Petróleo Mexicanos (Pemex) para reduzir a importação de gasolina - e aumentar a independência e a soberania do país nesta área estratégica - coincide em vários pontos com o projeto entregue em dezembro por técnicos e especialistas a autoridades do setor e representantes do Movimento de Renovação Nacional (Morena).

"Estamos muito contentes de que uma proposta que estamos defendendo há anos seja retomada, porque sabemos que muito do futuro do México depende de que tenhamos uma indústria forte, na qual o refino e a petroquímica são a base", declarou Gilberto Ortiz, presidente do ramo petroquímico da Câmara Nacional da Indústria de Transformação (Canacontra). Segundo Ortiz, este é um investimento fundamental para que as manufaturas sejam competitivas no mercado interno e para as exportações e "somente a equipe de Obrador levou em conta o projeto que empresários e especialistas elaboraram".

Ainda que os indus-



Ortiz, industrial petroquímico, saldou a iniciativa de Obrador de parar de importar refinados de petróleo

triares e especialistas não tenham dimensionado prazos para colocar as refinarias em ação, o líder empresarial considera factível que estejam em funcionamento em sete meses, período projetado pela nova secretaria de Energia, Rocío Nahle García.

Conforme Ortiz, deverão ser realizados muitos ajustes no orçamento de 2019, a fim de "resgatar a petroquímica nacional", uma vez que todas as plantas da Pemex foram praticamente abandonadas, sem recursos sequer para a manutenção de pessoal, havendo muitos quadros que se aposentaram ou foram simplesmente desviados para outras áreas, deixando as unidades com um grave déficit de engenheiros experimentados.

Com vontade política e

apoio financeiro, sublinhou o líder empresarial, o investimento será compensado e altamente rentável, possibilitando que refinarias que operam atualmente com 40% da capacidade produzam novamente todos os petroquímicos que requer a indústria nacional.

Uma vez lograda a meta proposta pelo governo Obrador, assegurou Ortiz, a importação de gasolina poderá diminuir em até 50%, mas também a maioria dos petroquímicos que deixaram de ser produzidos no país - e cuja compra ascende a 20 bilhões de dólares anuais. Esta economia poderá impulsionar diferentes ramos industriais, como os etileno para fabricar têxteis, detergentes, plásticos e fertilizantes, concluiu.

## A debacle da pseudo-esquerda e o renascer da humanidade (17)

Continuação da página 8

O plano de Roosevelt, aprovado pelo Congresso dos EUA em 1933, através do **National Industrial Recovery Act (NIRA)** significava uma ampla regulação e planejamento estatal sobre todos os setores da economia, para frear, e, em alguns casos, destruir os monopólios privados.

A oposição republicana - os representantes políticos do capitalismo monopolista e sua mídia - acusaram o NIRA, exatamente, de criar "monopólios" e "cartéis".

Uma inversão se, na época, os rooseveltianos não conseguiram desmontar amplamente.

Por fim, a lei foi declarada inconstitucional em 1935, pela Suprema Corte, porque, supostamente, transgrediria "a separação de poderes", por conceder ao presidente autorização para reorganizar amplamente a economia, inclusive estabelecer margens de lucros e níveis salariais. Porém, como escreveu Roberto Simonsen, o NIRA tinha "o intuito de proporcionar trabalho aos desempregados, incrementar o poder aquisitivo das massas, estabelecer as relações

industriais e abolir a concorrência desleal, mediante atos de planejamento industrial".

Para Roberto Simonsen, a anulação do NIRA somente não levou a economia norte-americana outra vez para o fundo do poço porque "pouco tempo depois foi a indústria americana mobilizada, dentro de um planejamento de guerra".

**ALICERCES**

Por que levantamos essa questão, no que se refere aos EUA?

Somente para demonstrar, mais uma vez, como foi a oposição ao capitalismo monopolista e às suas consequências - a catástrofe que eclodiu em 1929 - que fez com que, na metrópole imperialista, não houvesse uma degradingolada ética muito antes da atual.

Porém, é evidente que a referência mundial, no campo ético, a partir de 1917, foi a URSS.

Mesmo depois que Kruschchev atacou Stalin - e, com isso, toda a trajetória da construção do socialismo em seu aspecto moral - a URSS continuou sendo a referência: um país sem miséria, sem desemprego, em que as diferenças de

classe estavam sendo abolidas. Como escreveu Cláudio Campos, o surpreendente é que os alicerces do socialismo na URSS estivessem tão bem construídos, que, depois do ataque de Kruschchev, ele tenha, ainda, durado 40 anos.

Mas foi o que aconteceu.

Alguns autores lembram, nesse aspecto da ética revolucionária, as revoluções nos países periféricos após a II Guerra, em especial, a Revolução Cubana - e, especialmente, a obra de Che Guevara.

Com efeito - e poderia ser lembrada, também, a China da época de Mao Tsé-Tung.

Mas é evidente que Cuba, e a obra do Che, a China, e a obra de Mao - não importam, aqui, os equívocos em matéria econômica ou política - estavam, do ponto de vista ético, dentro do mesmo referencial que a URSS até o XX Congresso do PCUS (ou, até mesmo, parcialmente, depois).

Tanto Che (v. **Apontamentos de Che sobre um livro famoso**) quanto Mao fizeram, precisamente, a crítica ao krushevismo, percebendo sua essência contrarrevolucionária.

Continua na próxima edição

Obediência cega do primeiro-ministro haitiano, Lafontant, ao FMI que produziu aumento de até 51% no preço de combustíveis, levou à sua queda

O primeiro-ministro do Haiti, Jack Guy Lafontant, renunciou ao cargo no sábado (14), uma semana após a sublevação popular que barrou a tentativa do governo, atendendo exigências do FMI, de aumentar de 38% até 51% os preços dos combustíveis no país.

A sublevação popular teve início no dia 6 de julho e foi precedido, de três dias de protestos e por uma greve geral de dois dias, na revolta se incluíram saques, incêndios de veículos e de prédios públicos, confrontos com as autoridades locais, resultando em pelo menos 4 mortes e dezenas de prisões. A rebeldia foi marcada pela exigência popular ligada ao afastamento do presidente, Jovenel Moise, assim como do primeiro-ministro.

A renúncia de Lafontant ocorreu na sessão de sábado da Câmara dos Deputados, durante uma audiência convocada pelo Parlamento para tratar da crise eclodida com os protestos dos combustíveis. "Antes de vir aqui, apresentei a minha demissão ao Presidente da República, que a aceitou", afirmou Lafontant no parlamento, acompanhado de seus ministros.

Um dia antes, na sexta-feira, em sua conta no Twitter, Lafontant disse que não renunciaria. Porém, com os protestos dos dias 13 e 14, com milhares de haitianos exigindo a sua saída e a do presidente, ele se viu obrigado a deixar o cargo. A pressão se somou o movimento de alguns deputados que ameaçaram o primeiro-ministro com uma moção de censura, além da insatisfação manifestada por amplos setores empresariais do país.

Jack Guy Lafontant é médico e era considerado um completo desconhecido dos meios políticos até ter sua nomeação anunciada fevereiro, sendo aprovada pelo Senado, conforme articulação de seu amigo, o presidente Jovenel Moise.

Moise por sua vez, foi eleito em 2016, dando sequência ao governo do ex-presidente Michel Martelly, que renunciou ao cargo após massivas manifestações que rejeitaram o seu envolvimento em diversos escândalos de corrupção. O processo eleitoral que elegeu Moise foi marcado por várias denúncias de fraude, além da baixa participação, de apenas 20% dos eleitores no pleito.

A renúncia de Lafontant foi antecedida de um pronunciamento do presidente em rede nacional, onde Moise, ignorando o clamor das ruas que também pediam a sua saída, e aproveitando a renúncia do primeiro-ministro, tergiversou sobre "reunir todas as forças da nação, sem perder tempo, para formar um governo inclusivo, com o objetivo de aliviar o sofrimento das pessoas e desenvolver a agricultura, a energia e a infraestrutura".

Tais mentiras foram contestadas nas ruas, durante as manifestações contra os aumentos dos preços dos combustíveis, ou mesmo durante os protestos de sexta e sábado que pediam o fim de seu governo enquanto denunciavam as calamidades vividas pelo povo haitiano. "Não se trata apenas de trocar o primeiro-ministro, porque dia após dia, as pessoas continuam sofrendo com a miséria, o desemprego, a falta de segurança e a fome", afirmou Fleurette Pierre durante os protestos de sábado na capital, Porto Príncipe, com milhares de manifestantes empunhando cartazes exigindo "Fora Moise".

Ao tratar das manifestações dos dias 13 e 14, que exigiam a sua renúncia, Moise as qualificou de "violência", afirmando que estes protestos "não são compatíveis com o desenvolvimento e com a democracia". Como se

os haitianos não tivessem sido colocados diante de um violento aumento nos combustíveis a ponto de tornar praticamente impossível a sobrevivência de muitos dos cidadãos do país, já sob dificuldades extremas.

A crise instalada no Haiti foi condenada até mesmo pelo Conselho de Segurança da ONU, que no dia 12, poucos dias após a onda de protestos contrários as medidas impostas pelo FMI para aumentar os preços dos combustíveis.

Em nota, o órgão da ONU exortou o governo a agir com moderação, tendo em vista a violência que deixou ao menos 4 mortos, exortando o governo a "trabalhar com todos os principais atores" dos protestos para "garantir a segurança das pessoas" de forma a "superar os desafios enfrentados pelo país".

A ONU encerrou sua missão de manutenção da paz no Haiti, sob a liderança do Brasil, em outubro de 2017, sendo substituída pelo governo por uma força policial encarregada de apoiar as forças nacionais.

**FMI**

A proposta para aumentar o preço dos combustíveis decorreu de um acordo entre o governo haitiano com o FMI, firmado em fevereiro, no qual o governo do país se comprometeu com a implementação de um pacote de ajustes econômicos, que implicariam em diversos cortes sociais, em troca de financiamento. Entre as condições impostas pelo FMI estava o fim dos subsídios do governo aos derivados de petróleo, que somam cerca de US\$ 300 milhões.

Com a onda de protestos e revoltas, o FMI não recuou de suas propostas de arrocho, sugerindo uma "abordagem mais gradual" para a implementação do fim dos subsídios no preço dos combustíveis. "Os subsídios de combustível generalizados exercem uma pressão significativa sobre as contas fiscais do Haiti", disse o porta-voz do fundo, Gerry Rice, durante uma entrevista coletiva.

Ignorando o fato de que menos de 40% da população do Haiti tem acesso à eletricidade, conforme dados de 2016 do Banco Mundial, o que faz do querosene o combustível mais utilizado na iluminação doméstica, o porta-voz do FMI chegou a afirmar que os subsídios "beneficiam desproporcionalmente os ricos".

Quando observadas as estatísticas ligadas a fontes de energia utilizadas pelo haitianos para cozinhar, 90% da população utiliza combustíveis sólidos, como madeira e carvão, por não ter renda suficiente para comprar querosene, combustível utilizado nas cozinhas de 3% da população. O gás de cozinha é utilizado por apenas 3% da população, e a energia elétrica utilizada para cozinhar é insignificante.

O acordo do FMI que causou essa revolta no país reconhecidamente carente de apoio para superar traumas causados pela superexploração de multís, pelos salários extremamente baixos em suas fábricas, pela intervenção externa contra o governo de Jean-Bertrand Aristide, e desastres naturais gravíssimos envolve empréstimos irrisórios de US\$ 96 milhões ao Haiti, incluindo recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento, Banco Mundial e União Europeia. O pacote traz em seu bojo a exigência de redução do déficit orçamentário de cerca de US\$ 150 milhões, ao passo que busca reduzir a inflação do país, que está em torno de 12,7% ao ano, à força de medidas recessivas estúpidas de maneira geral, mas absurdamente desumanas em se tratando do Haiti.

GABRIEL CRUZ

# Cúpula Putin-Trump e Copa dissolvem histeria russófoba



Londres: Assange na embaixada do Equador

## Daniel Ellsberg, escritores e jornalistas participam da vigília 'Libertem Assange'

Dezenas de intelectuais, jornalistas e escritores de todo o mundo realizaram no último final de semana uma vigília on-line internacional de 36 horas em defesa do editor do WikiLeaks, Julian Assange. O evento foi a terceira vigília organizada desde março passado, quando – por pressão dos Estados Unidos – as comunicações de Assange foram interrompidas pelo governo equatoriano desde sua embaixada de Londres.

A vigília reflete o amplo apoio ao editor do WikiLeaks e o repúdio à tentativa de forçá-lo a se submeter à custódia de estadunidenses e ingleses, onde Assange enfrenta acusações de espionagem por expor minúcias das ilegais e injustas operações imperiais.

Daniel Ellsberg, cuja divulgação dos Documentos do Pentágono em 1971 expôs a profundidade e a amplitude dos crimes de guerra dos Estados Unidos no Vietnã, traçou um paralelo entre suas próprias atividades e os registros de guerra do WikiLeaks, de 2010, sobre o que foi feito no Iraque e no Afeganistão. “Eu realmente esperei quase 40 anos, depois que os Documentos do Pentágono saíram, para alguém fazer o que eu fiz”, frisou Ellsberg, apontando similaridades entre os ataques feitos contra ele e a perseguição de Assange. “Fui acusado de 12 crimes, um total de 150 anos de prisão. Nixon tinha em mente para mim o que Hillary Clinton e Barack Obama tinham em mente para Julian Assange”, disse ele. Ellsberg frisou ainda que por conta do WikiLeaks ter exposto “as operações imperiais em todo o mundo”, é “quase certo” que Assange seja extraditado para os EUA, caso o governo equatoriano ceda às pressões que vêm recebendo.

Para o jornalista Chris Hedges, escritor vencedor do Prêmio Pulitzer, dentro do aparato de inteligência dos EUA, há um “ódio maníaco por Julian e WikiLeaks”. “Eles têm que pegá-lo, têm que fazer dele um exemplo para que não haja mais Julian Assanges”, acrescentou. Defendendo ações “anti-imperialistas”, Hedges afirmou que os governos estavam usando “o método clássico, que é usar o WikiLeaks, ou dissidentes como eu, como agentes de uma potência estrangeira”. “As elites não querem reconhecer que é a desigualdade social, que eles criaram, o que criou essa perda de fé na ideologia dominante do capitalismo global”, enfatizou.

William Binney, um ex-funcionário da Agência de Segurança Nacional dos EUA – que ajudou a expor a vigilância em massa da população americana –, disse que os governos “não podem permitir a verdade. Então eles têm que suprimi-la, minimizá-la e tentar fazer com que as massas do público não acreditem nele”. Binney denunciou que o isolamento de Assange pelo governo equatoriano foi “basicamente um tipo de técnica de tortura”. “É uma técnica que psicólogos desenvolveram com a CIA como tratar as pessoas para fazê-las se sentir muito isoladas”, alertou.



## S-400 abate vários alvos simultaneamente Índia ignora ameaças dos EUA e reafirma compra de defesa antiaérea russa S-400

Nirmala Sitharaman, Ministra da Defesa da Índia, declarou à imprensa neste sábado (14) que segue em andamento o acordo com a Rússia que prevê a aquisição pela Índia do sistema Triumf S-400 para a defesa aérea e que as negociações com a Rússia estão em sua etapa final.

A ministra afirmou que “a ‘Ata de Sanções para Adversários dos EUA’ é uma lei estadunidense e não uma lei das Nações Unidas, por isso não é aplicável à Índia. Nossa relação na área da Defesa com a Rússia vem se desenvolvendo e se prolongando há várias décadas e falamos a respeito disso com a

delegação do Congresso dos EUA que visitou a Índia recentemente.”

Nirmala Sitharaman afirmou também que a partir da assinatura do acordo com a Rússia sejam necessários de dois anos e meio a quatro anos para que ele seja totalmente implementado.

O S-400 russo é considerado o mais avançado sistema de defesa antiaérea de longo alcance. Desde de 2016 a Índia fez acordo com a Rússia para instalação do Triumf S-400, com interceptadores capazes de destruir aviões invasores, mísseis e drones hostis num raio de 400 quilômetros.

R. C.



## Reunião de Putin e Trump ocorreu um dia após o término da Copa na Rússia Dezenas de milhares empinam em Londres boneco do bebê xenófobo com topete louro

A acolhida do povo inglês à primeira visita do presidente Donald Trump ao Reino Unido não foi exatamente apoteótica, mas não passou em branco. Dezenas de milhares de pessoas foram às ruas em Londres na sexta-feira (13) para recomendar “dump trump” [joga Trump no lixo] e outras demonstrações de rechaço à sua xenofobia, e foi empinado um boneco inflável reproduzindo um bebê de topete louro, fralda e braços curtos. “Este é o carnaval da resistência”, diziam os manifestantes que avançavam pela Oxford Street com destino à Trafalgar Square.

Trump esbanjou simpatia em sua estadia em solo inglês: chutou as canelas da primeira-ministra Theresa May, a quem recomendou que “processasse a União Europeia” – como dizia Keynes,



Bebê inflável seguiu Trump em Londres e Edimburgo

o Mayflower estava lotado de advogados –, afagou o ego do demissionário chanceler Boris Johnson, desafeto de May, deu as costas para a rainha e ainda ameaçou deixar a Inglaterra sem um acordo comercial com os EUA pós-Brexit.

Para se distanciar dos protestos em Londres, Trump foi com a esposa Melania para a Escócia,

onde é dono de um luxuoso complexo hoteleiro. Perda de tempo: foi esculachado em Edimburgo por 50 mil pessoas, onde o ‘bebê Trump’ inflado também fez o maior sucesso. Em entrevista ao “The Sun”, Trump admitiu que ficou constrangido. “Acho que, quando eles colocam os infláveis para me fazer sentir indesejável, não tenho motivo para ir a Londres”.

## EUA boicota e fica de fora do Pacto da ONU sobre migração

Após 18 meses de negociações, os países-membros da Organização das Nações Unidas (ONU) assinaram na última sexta-feira um “Pacto Global para a Migração Segura, Ordenada e Regular”, a primeira tentativa de tratar a questão em termos planetários. Apesar das limitações do acordo migratório, os embaixadores dos 192 países comemoraram de pé e com uma grande salva de palmas a criação do documento, parabenizando os representantes do México, Juan José Gómez Camacho, e da Suíça, Jürg Lauber, por terem liderado o processo. Apenas Washington boicotou o esforço geral e

ficou de fora.

Ainda que não seja juridicamente vinculativo – ou seja, não obrigar que os países cumpram com os compromissos –, o acordo inclui uma ampla lista de objetivos, como o de garantir direitos básicos aos migrantes, incentivar a imigração legal e cooperar em prol de uma gestão de fronteiras mais eficiente e de um melhor gerenciamento do fluxo de pessoas.

Conforme a ONU, “esta é a primeira vez que os Estados-membros das Nações Unidas se reúnem para negociar um acordo que cubra todas as dimensões da migração internacional de maneira

integrada e abrangente”.

Entre os compromissos acordados está o de tentar evitar a separação de famílias – tema em aberto confronto com o governo estadunidense – que vem realizando milhares de detenções, sequestrando e separando crianças e menores dos seus pais, a quem são negados direitos básicos. Por estas e por outras, destacou o embaixador mexicano, foi um “dia histórico”.

Em nota, a missão americana na ONU afirmou que muitos pontos do documento eram “incoerentes” e “incompatíveis” com as políticas migratórias do presidente Donald Trump.

## Rabat: multidão protesta contra condenação de 53 marroquinos que exigiram melhoria salarial

Milhares de pessoas vindas de várias cidades e províncias do Marrocos participaram de uma manifestação na capital Rabat contra a condenação de 53 pessoas por participarem de um protesto na cidade de Rif contra o governo do rei Mohamed IV exigindo melhores condições de emprego e salários.

A sentença de prisão foi determinada no último dia 27 de junho por um tribunal de primeira instância em Casa Blanca.

Ahmed Zafzafi, o organizador dos protestos em Rif condenado a 20 anos de prisão fechada, foi um dos organizadores da manifestação em Rabat que reuniu mais de 8.000 participantes neste domingo (15).

“Esta é a voz do povo, o governo está escondido” gritavam os manifestantes enquanto

caminhavam portando cartazes com suas reivindicações e bandeiras do Marrocos.

Na semana passada houve duas marchas em Casa Blanca contra as prisões que reuniu movimentos progressistas da sociedade civil e de esquerda, grupos de jovens berberes, e até conservadores islâmicos como o grupo “Justiça e Espiritualidade” que também participaram dos atos de domingo em Rabat. Um grupo de jovens com bandeiras com fotos de Che Guevara exigiam em seus cartazes “democracia, liberdade e laicismo”.

Dos 53 condenados 4 foram sentenciados com 20 anos de prisão, 3 manifestantes sofreram 15 anos de condenação e 6 pessoas foram condenadas a 10 anos

de prisão fechada. 9 pessoas foram condenadas a 5 anos de prisão e as demais a 3 anos inclusive um jornalista por não ter denunciado que a manifestação aconteceria. Todos condenados por crime contra a segurança contra o Estado.

Em 2016, um vendedor de peixe foi morto triturado num caminhão de lixo ao tentar recuperar sua mercadoria confiscada pela polícia de Rif. O vídeo feito por celulares viralizou na internet e desde então vêm ocorrendo protestos e manifestações em várias cidades importantes do Marrocos contra o governo monárquico de Mohamed IV.

Os manifestantes de Rabat neste domingo exigiam a revogação das penas e a liberdade dos 53 condenados da cidade de Rif.

R. C.

Copa foi sucesso no futebol e na empatia. É uma verdade autoevidente que as duas maiores potências nucleares do Planeta têm que conversar. O que só maníacos por guerra e Hillary não admitem

Após meses seguidos de demonização da Rússia nos EUA e em certos países da Europa, o imenso sucesso da Copa do Mundo de futebol, a simpatia com que os russos acolheram os visitantes e a beleza do país acabaram por dissolver em grande parte a histeria russófoba. E nesse clima que se realizou nesta segunda-feira (16) a primeira cúpula entre o presidente norte-americano Donald Trump e o presidente russo Vladimir Putin, em Helsinque, capital da Finlândia.

No mundo inteiro, a Rússia foi vista tal como é, e não o espantalho que certa mídia tentou pintar. E a Copa foi amplamente comemorada como uma das melhores já realizadas, da excelência dos estádios à alegria dos torcedores, com toda a segurança.

A cúpula Putin-Trump, que aconteceu no dia seguinte ao encerramento da Copa, tem como principal saldo a retomada das negociações diretas entre as duas maiores potências nucleares do planeta. Uma necessidade autoevidente que só os maníacos por guerra, a mídia intervencionista e a derrotada Hillary não admitem.

Trump e Putin inicialmente conversaram cara a cara, a sós, durante duas horas, acompanhados apenas dos tradutores. Depois concederam uma entrevista coletiva, seguida por um “almoço de trabalho” com seus principais assessores. Os dois classificaram as negociações de “produtivas” e um “primeiro passo”.

“Nosso relacionamento nunca foi pior do que é agora, mas isso mudou há cerca de quatro horas, eu realmente acredito nisso”, disse Trump.

Se centenas de milhões de pessoas no mundo inteiro viram, por si próprias, a Rússia real, seu povo caloroso, seu progresso e desenvolvimento, isso não quer dizer que o establishment, o complexo industrial-militar, Wall Street e sua predileta, Hillary, hajam desistido da encenação do ‘Russiagate’ e do neo-macartismo do “você conhece, ou conheceu, algum russo?”.

Na véspera da cúpula, os serviços secretos norte-americanos, mais o Departamento de Justiça, indiciaram 12 supostos agentes russos por hackearem o Diretório Nacional Democrata – um caso de ‘timing’ perfeito para sabotar a reunião, uma provocação notória.

Mas o objetivo claro da provocação com os “12 agentes russos” foi criar um pretexto para, depois, alegar que Trump voltou a “trair os EUA” e “preferiu Putin aos serviços secretos ianques”. E que, com um orçamento de guerra de US\$ 700 bilhões, mais US\$ 75 bilhões só para os serviços secretos, o que não falta no pântano de Washington é gente interessada em manter seus lucros e sinecuras à custa de deixar o mundo à beira do Armagedon.

Enquanto Trump está sob ataque cerrado nos EUA, é malvisto no mundo inteiro por sua xenofobia e grossura e abriu uma guerra comercial contra a China e a União Europeia, o presidente Putin vive seu ‘momento sputnik’, após ter revelado os novos mísseis hipersônicos da Rússia, restaurado o papel essencial de Mos-

cou no Oriente Médio e no mundo e aprofundado os laços com Pequim e os BRICs. Na sua campanha eleitoral, Trump havia feito da normalização com a Rússia a questão central em sua estratégia de contenção da China.

Na coletiva de imprensa conjunta com Trump, o líder russo chamou a “restaurar o nível aceitável de confiança e voltar ao nível anterior de interação”. Acrescentou que “só podemos lidar com os desafios [mundiais] se nos unirmos e trabalharmos juntos”. “Como grandes potências nucleares, temos a responsabilidade especial de manter a segurança internacional”, ressaltou Putin.

O que inclui “a extensão do Tratado de Limitação de Armas Estratégicas Ofensivas, a discussão do sistema global antimíssil americano e os problemas de implementação com o tratado INF. E, claro, a não colocação de armas no espaço”.

Trump, por sua vez, felicitou a Rússia e Putin pela Copa do Mundo, e depois disse que “um diálogo produtivo não é apenas bom para os Estados Unidos e bom para a Rússia, é bom para o mundo inteiro”. “Temos que encontrar formas de cooperar na busca de interesses compartilhados”.

Trump destacou que “nada seria politicamente mais fácil do que se recusar a se encontrar, mas isso não conseguiria nada”. Ele acrescentou que como presidente não podia tomar decisões sobre política externa “em um esforço fútil de apaziguar os críticos partidários, ou a mídia, ou os democratas que não querem fazer nada além de resistir e obstruir”.

### DIVERGÊNCIAS

As divergências foram postas claramente sobre a mesa, como quanto à reintegração da Crimeia por referendo pela Rússia, de que Washington discorda. Ou o Acordo Nuclear com o Irã, rompido por Trump. A Rússia manifestou ainda seu apreço pelos avanços na península coreana e propôs que os dois lados colaborem para acelerar o retorno dos refugiados afugentados pela guerra na Síria.

Na coletiva de imprensa, os jornalistas americanos pareciam mais interessados nas focos do Russiagate do que na cúpula. Em resposta, Putin pediu que a Rússia deixasse de ser utilizada “como moeda de troca” nas disputas domésticas dos EUA. Ele disse que o povo russo, por causa da posição de Trump de normalizar as relações, preferia que Trump vencesse, mas não houve ingerência. Por meio de um tradutor, Putin disse ao repórter: “devemos nos guiar por fatos. Você pode citar um único fato que definitivamente prove o conluio?”. Numa democracia, lembrou, é um tribunal que se pronuncia sobre fatos, e não ilações ou boatos.

Aproveitando o sucesso da Copa do Mundo da Rússia, Putin presenteou Trump com uma bola de futebol – os EUA vão co-patrocinar a Copa de 2026 –, dizendo: “agora a bola está na sua quadra”. “Isso vai para o meu filho Barron”, respondeu Trump, sorrindo. E a arremessou para sua esposa, Melania, sentada ao lado do secretário de Estado, Mike Pompeo, na primeira fila.

ANTONIO PIMENTA

# A debacle da pseudo-esquerda e o renascer da humanidade (17)

A tendência do capitalismo monopolista, deixado completamente à solta, é instalar a lei da selva na sociedade – e não apenas na economia e na política, como na cultura, nas relações familiares, nas relações entre os sexos

CARLOS LOPES

**É** necessário, agora, sintetizar o nosso tema. O que se depreende, no campo ético, do caso Dreyfus, da I Guerra Mundial, do nazismo, do neoliberalismo e da falência ética e moral de Lula, Ortega, Maduro, Bachelet e outros aderentes à caixa registradora?

O capitalismo monopolista – isto é, o capitalismo apodrecido e degenerado, que negou a própria concorrência que antes lhe era inerente – é incapaz de gerar (ou de manter) uma ética, mesmo a ética característica do próprio capitalismo.

Pelo contrário, faz parte de sua natureza **monopolista** – usemos esta forma de expressão transgredir qualquer ética, negar qualquer ética, fazer tábula rasa de qualquer valor social, coletivo, característico do ser humano enquanto espécie, ou seja, qualquer valor **humano**.

A busca do **lucro máximo** implica, inevitavelmente, nessa negação de qualquer ética.

O predomínio financeiro, como consequência da tendência à queda da taxa de lucro – devido ao aumento do capital constante (sobre tudo a maquinaria, que **não é criadora** de valor) em relação ao capital variável (salários, ou seja, força de trabalho, que é **criadora** de valor) – leva, com seu parasitismo, cada vez mais extremo, também à negação da ética, sobretudo àquela do capitalismo concorrencial e produtivo, que tinha base diretamente no trabalho.

Pode-se examinar essa questão, inclusive, sob este último aspecto: quanto menos ligado à produção, mais o capitalismo torna-se um monstro antiético. A produção é, exatamente, onde os seres humanos estão, pela necessidade, primeiramente associados. Ainda que essa associação não seja igualitária, ela implica em modos de tratar o outro – na expressão cristã: o próximo – que não podem ser a mera agressão e assassinio desse outro ser humano.

Até mesmo a escravidão – esse modo de “associação” humana para produzir – implicava em uma determinada ética. Engels, ao contestar o melodrama que Eugen Dühring apresentava no lugar da História, faz uma observação perspicaz:

“... por mais paradoxal e mais herético que possa parecer, não temos outro remédio senão dizer que a implantação da escravidão representou, nas circunstâncias em que ocorreu, um grande progresso. É indiscutível que a humanidade saiu de um estado de animalidade e que necessitou utilizar, portanto, de meios bárbaros e quase bestiais para erguer-se desse estado de barbárie. (...) E representava esta instituição um progresso até para os próprios escravos: permitia, pelo menos, aos prisioneiros de guerra, entre os quais eram recrutados em seu maior número os escravos, que conservassem as vidas, já que, até então, eram todos exterminados, no começo por meio da fogueira, e, depois, por meio do cutelo”.

Bem entendido, o pressuposto, a base, dessa ética escravagista era a **produção** escravagista.

Hoje, o valor total de papéis financeiros (fora as ações em bolsa de valores) é oito vezes maior que o valor da produção mundial durante um ano (cf. **BIS Statistical Bulletin**, June 2018, p. 253).

Até mesmo a especulação com ações de empresas tornou-se completamente insignificante diante desses papéis financeiros (que montam, diz o BIS, a seis vezes e meia o valor de todas as ações de empresas que existem no mundo).



Esse descolamento da produção, evidentemente, tem efeitos no campo ético, no mesmo momento em que o ser humano torna-se uma abstração – ou, pior, uma **coisa** que não se leva em consideração, exceto, em certos momentos, como um empecilho – para os jogadores desse cassino financeiro.

O empresário produtivo, por mais que seja grande a sua sede de lucros – e a revolução industrial, com crianças nas fábricas e minas de carvão, mostrou até onde pode chegar o saciamento dessa sede – é obrigado, necessariamente, a tomar contato, de um modo ou de outro, com os trabalhadores.

O rentista, aquele que ganha, fundamentalmente, com juros e apostas no mercado futuro, não tem essa necessidade. Apesar de seus ganhos somente existirem se existir produção, esta lhe aparece, no máximo, como um pretexto para tais ganhos. Um rentista que aplica seu dinheiro em algum papel derivado – ou seja, um “derivativo” – da produção de cacau, não tem qualquer relação com a produção de cacau. Alguns nem sabem se o cacau é vegetal ou mineral. Não tem importância se esse papel é derivado da produção de cacau ou da produção de beldroegas.

Porém, esse ainda é um exemplo que tem alguma ligação com a produção. Boa parte dos papéis – como os swaps favorecidos pelo Banco Central – são apostas apenas em cima de qual será a taxa de juros, ou a taxa de câmbio, daqui a algum tempo.

Portanto, desaparece, aqui, qualquer vínculo (quase somos tentados a escrever, apesar da redundância: desaparece qualquer vínculo **visível**) com a produção.

Na medida que isso acontece, qualquer consideração com os outros seres humanos, mesmo aquela do patrão pelo empregado, deixa de existir.

O que tem relação direta com a selvageria das relações de trabalho, que se procura implantar em todos os países onde essa desgraça financeira se tornou dominante, ou a pilhagem do Estado – o chamado “estado mínimo”, que não passa da passagem dos recursos coletivos, do dinheiro e da propriedade do povo, para alguns açambarcadores (ou, dizendo de outra forma, é a transformação do Estado em órgão com apenas uma função: a passagem do resultado da espoliação de toda a população para alguns bandidos financeiros).

Dai certas “teorias”, como o famoso “gotejamento”, segundo a qual os ricos devem pagar menos impostos que os pobres, pois, assim, se os ricos enriquecerem mais, haveria o “gotejamento” da prosperidade dos ricos para os pobres...

Por isso, o mais escandaloso na carga tributária atual, tanto nos países centrais, como em certos países periféricos, como o Brasil, não é o seu tamanho global (sua medida em percentagem do Produto Interno Bruto), mas o fato de que ela recai sobre os mais pobres.

No Brasil, a alíquota média de impostos pagos pelos 0,05% mais ricos da população é apenas 7% (cf. Marcel Gomes, “**As distorções de uma carga tributária regressiva**”, Desafios



do Desenvolvimento, IPEA, 2015, Ano 12, nº 86, p. 41).

Para resumir esse assunto: os ganhos de capital do dinheiro estrangeiro, que entra no Brasil, são isentos de Imposto de Renda, assim como os lucros e dividendos distribuídos pelo “investimento estrangeiro”.

Enquanto isso, um médico ou um operário especializado pagam 27,5% de Imposto de Renda sobre os seus rendimentos.

Para quê? Para que o governo federal transfira, de 2003 a 2017, sob a forma de juros, **R\$ 2 trilhões, 963 bilhões e 591 milhões** de dinheiro público para a mesma quadrilha financeira que não paga impostos por seus lucros e dividendos (o total das transferências de todo o setor público, no mesmo período, em juros, foi de **R\$ 3 trilhões, 605 bilhões e 470 milhões**).

Lembremos, só de passagem, que 78% (ou **R\$ 2 trilhões, 797 bilhões e 620 milhões**) desses recursos passados pelo setor público para o setor financeiro, foram sob os governos do PT.

## PERTURBAÇÕES

Portanto, a tendência do capitalismo monopolista, deixado completamente à solta, é instalar a lei da selva na sociedade – e não apenas na economia e na política, como na cultura, nas relações familiares, nas relações entre os sexos.

Nos dispensamos de analisar, aqui, as manifestações culturais, pois a grosseria e mesmo a criminalidade veiculadas pela TV em substituição à música, ou a ausência quase completa de algo que possa ser chamado de literatura, ou as “instalações” e outras magníficas obras de arte, que significam, precisamente, nada, são suficientes para exemplificar o que queremos dizer.

Porém, quanto ao último aspecto, é sintomático que tenha se inventado um suposto conceito de “gênero”, para negar as relações entre os dois sexos que existem na espécie humana.

Os adeptos da ideologia “de gênero” certamente protestarão quanto a essa forma de colocar a questão. No entanto, isso não a torna menos verdadeira.

Para que serve essa palavra – pois não passa de uma palavra, transplantada, por sinal, da gramática normativa (ou, pior, da taxonomia biológica, onde se falava, antigamente, de “gênero humano”) –, senão para passar a ideia de que os sexos da espécie humana são apenas uma limitação artificial e repressora?

Disse Engels, em seu artigo sobre o cristianismo primitivo,

que as confusões e faltas de limite no campo sexual são “um fenômeno comum a todas as épocas profundamente perturbadas”.

Assim a palavra “gênero” não é um conceito, na medida em que não expressa uma realidade (ou, se o leitor rigoroso quiser, não expressa um *objeto* de realidade). No máximo, expressa um desejo.

Essa palavra constitui apenas uma espécie de argumento *ad hoc* **contra** a realidade, um argumento construído a partir de um objetivo, de uma finalidade, a de estabelecer uma oposição com os sexos (masculino ou feminino), para justificar não apenas a existência, mas a **superioridade** de “orientações” não heterossexuais – transformadas em “gêneros” da espécie humana por obra e graça apenas do uso de uma palavra.

O amor entre os sexos é uma conquista cultural. Nos outros animais, a diferença entre o relacionamento sexual em geral e aquilo que chamariamos de estupro, é nula.

Assim também era nos primórdios da espécie humana. Houve uma longa trajetória, ainda não inteiramente completada – pois ela implica no fim de certas discriminações que ainda inferiorizam socialmente a mulher –, para que o amor entre os sexos, e seus refinamentos, substituísse o puro impulso animal.

Essa é a relação básica da natureza – a que permite, inclusive, a continuação da espécie – e a relação humana básica.

Quanto às outras “orientações sexuais”, não se trata, aqui, apenas do homossexualismo, nem principalmente.

Sobre este, anotaremos apenas que uma das fraudes contemporâneas – na qual Foucault tem responsabilidade direta – é confundir a existência de uma **normalidade** (ou seja, uma **norma**) social com **discriminação**.

É esse o uso que se faz, atualmente, da palavra “homofobia”. O simples fato de reconhecermos uma norma social também no relacionamento sexual, é suficiente para que o sujeito seja tachado de “homofóbico”.

No entanto, a existência de uma norma social não transforma os seus adeptos em assassinos ou espancadores de homossexuais – esses criminosos, aliás, são sujeitos muito mal resolvidos quanto aos seus próprios impulsos sexuais.

Há muito, em 1764, Voltaire, quando tornou-se corrente, entre a decadente aristocracia francesa, a pregação sobre a normalidade (naquela época, a “naturalidade”) do homossexu-

alismo, escreveu:

“*Como poderia um vício que, se fosse geral, destruiria o gênero humano, (...) ser, apesar disso, tão natural?*” (Voltaire, **Dictionnaire Philosophique**, art. “Amour socratique”).

Antes que alguém proteste contra o uso da palavra “vício” quanto ao homossexualismo, seria bom conferir a mesma palavra na obra de Marcel Proust, que era homossexual (ou, até mesmo, nas últimas entrevistas de Tennessee Williams, que também era homossexual).

Porém, retomando o fio de nosso assunto, a ideologia de gênero, hoje, nem mesmo tem como centro o homossexualismo.

Alguns leitores já devem ter ouvido falar na pedofilia como uma “orientação sexual alternativa”; ou devem ter lido, com um destaque imenso, no maior jornal do Rio de Janeiro, a entrevista de alguém que classificava a si próprio como “um trans não-binário”, ou seja, alguém acima da identificação seja com o sexo masculino, seja com o sexo feminino.

Com efeito, Engels tinha razão. Podemos dizer que jamais houve uma época tão perturbada quanto a atual.

Certo tipo de grupo, que se considera “de esquerda” – quase todos subsidiários do PT – promoveram, no entanto, essa perturbação à virtude, apesar dessa promoção do perturbado em virtuoso coincidir totalmente com aquela empreendida pelos meios de comunicação mais reacionários.

Aqui, estamos examinando essa questão apenas como reflexo da derrocada ética geral na época do capitalismo monopolista – e o fato do Brasil ser um país periférico no sistema, mostra como tanto de tudo isso constitui importação, contrabando ideológico.

Porém, mesmo assim, é necessário entrar no campo político: para que serve essa pauta, supostamente “de esquerda”, que não se distingue da pauta dos veículos principais da direita?

Serve para que parcelas do povo sejam freadas, em seu impulso de mudanças, por uma pauta estreita, individualista, que impede essas pessoas de participarem da luta geral da sociedade, vale dizer, da luta do país e do povo brasileiro.

Serve para fazer com que outras parcelas, ainda maiores, do povo, assustadas, preocupadas com sua família, se abriguem sob o pavilhão de igrejas mais sectárias do que evangélicas – para gáudio de alguns pica-retas, que manipulam os sentimentos religiosos, e o desespero dos fiéis, para explorá-los.

Serve, também, para garan-

**As eleições dos comitês de camponeses pobres (óleo sobre tela, Arkady Alexandrovich Plastov, 1940)**

tir ao deputado Bolsonaro um certo eleitorado entre o povo. E paremos por aqui, nos serviços que essa “esquerda” presta à direita, pois já é suficiente para o que quisemos demonstrar.

## OPOSIÇÃO

Voltemos à questão mais geral.

O capitalismo monopolista, o capitalismo financeiro, o imperialismo, existe nos países centrais desde os fins do século XIX, com especial acirramento após a virada para o século XX.

Por que, então, não houve uma derrocada moral muito antes da atual?

Por que, quando o nazismo fez a sua tentativa de dominar o mundo, foi possível contar com alguns países imperialistas – a Inglaterra e os EUA – para derrotar a barbárie?

Por que os massacres no Vietnã pareciam indignar muito mais – **inclusive à mídia norte-americana** – do que os massacres no Iraque, Afeganistão, Líbia e Síria?

Que fenômeno faz com que bombardeios sobre a população civil passem a ser tratados como tática de guerra – e não mais como crime de guerra?

Como é possível que a tortura e o assassinato a sangue frio – há muito considerados inaceitáveis – agora apareçam, em seriados norte-americanos, como algo que faz parte de uma rotina quase burocrática?

Como se explica que até os nazistas tenham escondido os seus crimes, enquanto, agora, os norte-americanos ostentam os seus?

Há, naturalmente, componentes específicos, em cada caso.

Por exemplo, no enfrentamento ao nazismo, os representantes políticos do capitalismo monopolista, que dominaram o governo dos EUA desde o fim do governo Wilson, durante as administrações Harding, Coolidge e Hoover, haviam sido afastados, com a vitória de Franklin Roosevelt contra Hoover, na eleição de 1933, realizada em meio à mais profunda crise até então acontecida nos EUA – e no mundo capitalista.

Este é um aspecto que já abordamos algumas vezes (por exemplo, em **Roberto Simonsen: a indústria e o desenvolvimento do Brasil**). Mas, talvez, ainda precise ser mais enfatizado.

Continua na página 6